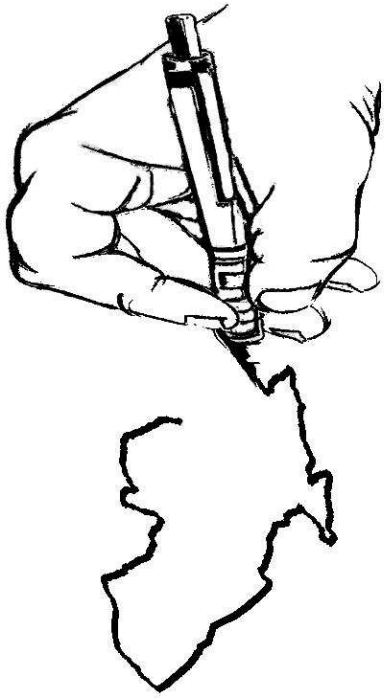
CÂMARA MUNICIPAL DE OURÉM

Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território

Revisão do Plano Director Municipal de Ourém



Relatório do Processo de Participação Preventiva

Novembro de 2010

ÍNDICE

ÍNDICE 2

ÍNDICE DE GRÁFICOS 5

ÍNDICE DE IMAGENS 5

ÍNDICE DE QUADROS: 5

SIGLAS E ACRÓNIMOS 7

1 INTRODUÇÃO 8

2 A PARTICIPAÇÃO PÚBLICA E O SISTEMA DE PLANEAMENTO 10

3 O PROCESSO DE REVISÃO DO PDM DE OURÉM 11

4 OS DIFERENTES PERÍODOS DE PARTICIPAÇÃO PREVENTIVA 12

4.1 METODOLOGIA DE ANÁLISE DAS PRETENSÕES POR TIPOLOGIA 13

5 RESULTADOS NO PERÍODO 2007/2009 14

5.1 DISTRIBUIÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES POR FREGUESIA 15

5.2 CARACTERIZAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES POR TIPOLOGIA 16

6 RESULTADOS PROVENIENTES DO PROCESSO DE ALTERAÇÃO PARCIAL 19

6.1 DISTRIBUIÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES POR FREGUESIA 21

6.2 CARACTERIZAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES POR TIPOLOGIA 23

7 RESULTADOS NO PERÍODO DE 2010 25

7.1 DESCRIÇÃO DO PROCESSO 25

7.2 DISTRIBUIÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES POR TIPO DE REGISTO 28

7.3 DISTRIBUIÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES POR FREGUESIA 29

7.4 CARACTERIZAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES POR TIPOLOGIA 31

7.5 RELAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES REGISTADAS EM 2010 COM AS EXISTENTES 33

8 NOTAS FINAIS 35

8.1 TOTAL DAS PARTICIPAÇÕES EXISTENTES À PARTIDA PARA O PROCESSO DE REVISÃO 35

8.2 TOTAL DAS PARTICIPAÇÕES POR TIPOLOGIA 37

8.3 TOTAL DE PARTICIPAÇÕES POR FREGUESIA 38

8.3.1 Alburitel 38

8.3.2 Atouguia 39

8.3.3 Casal dos Bernardos 39

8.3.4 Caxarias 40

8.3.5 Cercal 40

8.3.6 Espite 41

8.3.7 Fátima 41

8.3.8 Formigais 42

8.3.9 Freixianda 42

8.3.10 Gondemaria 43

8.3.11 Matas 43

8.3.12 Nossa Senhora da Piedade 44

8.3.13 Nossa Senhora das Misericórdias 44

8.3.14 Olival 45

8.3.15 Ribeira do Fárrio 45

8.3.16 Rio de Couros 46

8.3.17 Seiça 46

8.3.18 Urqueira.....47

9 CONCLUSÕES 48

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....49

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: DISTRIBUIÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES POR FREGUESIA NO PERÍODO 2007/2009.....16

GRÁFICO 2: PARTICIPAÇÕES REGISTADAS POR TIPOLOGIA NO PERÍODO 2007/2009 17

GRÁFICO 3 PARTICIPAÇÕES REGISTADAS POR TIPOLOGIA NO PROCESSO DE ALTERAÇÃO PARCIAL 23

GRÁFICO 4: DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE PARTICIPANTES E NÚMERO DE INTERVENÇÕES POR SESSÃO DE ESCLARECIMENTO.....27

GRÁFICO 5: PARTICIPAÇÕES REGISTADAS POR TIPOLOGIA EM 2010.....31

GRÁFICO 6: DISTRIBUIÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES POR FREGUESIA 36

ÍNDICE DE IMAGENS

FIGURA 1: LOCALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE PARTICIPAÇÃO PREVENTIVA NO PERCURSO METODOLÓGICO DA REVISÃO DO PDM DE OURÉM..... 8

FIGURA 2: ESCALA DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA.....10

FIGURA 3: A OBTENÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES A PONDERAR EM SEDE DE REVISÃO DO PDM DE OURÉM 12

FIGURA 4: DISTRIBUIÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES REGISTADAS NO PERÍODO DE 2007/2009.....14

FIGURA 5: DISTRIBUIÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES REGISTADAS NO PROCESSO DE ALTERAÇÃO PARCIAL 22

FIGURA 6: DISTRIBUIÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES REGISTADAS NO PROCESSO DE 2010 30

FIGURA 7: DISTRIBUIÇÃO DE TODAS AS PARTICIPAÇÕES REGISTADAS 35

ÍNDICE DE QUADROS:

QUADRO 1: TIPOLOGIAS CRIADAS PARA ANÁLISE DAS SUGESTÕES REGISTADAS 13

QUADRO 2: DISTRIBUIÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES REGISTADAS POR FREGUESIA NO PERÍODO 2007/2009 15

QUADRO 3: CLASSIFICAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES POR TIPOLOGIA NO PERÍODO 2007/2009.....18

QUADRO 4: DISTRIBUIÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES RESULTANTES DO PROCESSO DE ALTERAÇÃO PARCIAL 21

QUADRO 5: CLASSIFICAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES POR TIPOLOGIA NO PROCESSO DE ALTERAÇÃO PARCIAL 24

QUADRO 6: SESSÕES DE ESCLARECIMENTO REALIZADAS, NÚMERO DE PARTICIPANTES E INTERVENÇÕES.....27

QUADRO 7: TOTAL DE PARTICIPAÇÕES POR MEIO DE REGISTO 28

QUADRO 8: DISTRIBUIÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES REGISTADAS POR FREGUESIA NO PERÍODO DE 2010.....29

QUADRO 9: DISTRIBUIÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES REGISTADAS POR TIPOLOGIA EM 2010.....32

QUADRO 10: DOMÍNIOS DE ANÁLISE DA RELAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES REGISTADAS EM 2010 COM AS EXISTENTES.....33

QUADRO 11: NÚMERO DE REGISTO POR TIPO DE RELAÇÃO COM OUTRAS PARTICIPAÇÕES EXISTENTES.....34

QUADRO 12: DISTRIBUIÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES TOTAIS REGISTADAS POR FREGUESIA 36

QUADRO 13: DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DAS PARTICIPAÇÕES POR TIPOLOGIA 37

SIGLAS E ACRÓNIMOS

BD – Base de Dados

CMO – Câmara Municipal de Ourém

DL – Decreto-Lei

IGT – Instrumento de Gestão Territorial

PDM – Plano Director Municipal

PMOTO – Projecto Municipal de Ordenamento do Território de Ourém

PUF – Plano de Urbanização de Fátima

PUO – Plano de Urbanização de Ourém

RAN – Reserva Agrícola Nacional

REN – Reserva Ecológica Nacional

RJIGT – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial

RPDMO – Revisão do Plano Director Municipal de Ourém

SIG – Sistema de Informação Geográfica

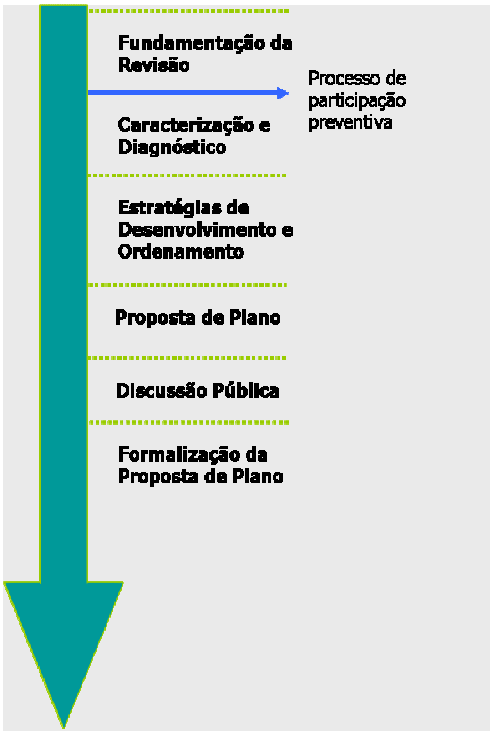
1 INTRODUÇÃO

Âmbito

O presente relatório integra-se no âmbito do processo de revisão do Plano Director Municipal (PDM) de Ourém, e aborda particularmente as informações provenientes dos procedimentos de participação pública.

A audiência prévia dos interessados, também denominada como período de participação preventiva, encontra-se legalmente prevista devendo anteceder os trabalhos de elaboração dos instrumentos de gestão territorial. No esquema seguinte mostra-se a localização temporal desse procedimento no percurso metodológico da revisão do PDM de Ourém.

Figura 1: Localização do procedimento de participação preventiva no percurso metodológico da revisão do PDM de Ourém



Objectivos

Pretende-se com este trabalho condensar a informação que proveio desses mecanismos de participação, fazendo a sua síntese de modo a que se possa avançar para a elaboração de uma proposta de PDM de forma coerente, estruturada e devidamente fundamentada.

As informações aqui contidas reportam à etapa de participação preventiva que decorreu entre 2007 e 2009, conjuntamente com o período que decorreu neste ano de 2010, além de um outro que decorreu em 2009, a respeito de um procedimento de alteração parcial[1].

Tenta-se com análise mais detalhada da informação categorizar as pretensões apresentadas pelos munícipes, na tentativa de integrar toda a informação de apoio ao plano, podendo interpretá-la, cruzá-la e avaliar a correlação das diferentes variáveis, robustecendo particularmente o processo de redefinição de perímetros urbanos.

Finalmente, é também objectivo da presente exposição fazer a apresentação final dos resultados da participação preventiva que decorreu entre Julho e Outubro de 2010, uma vez que o relatório anteriormente apresentado excluía uma parte das participações pela falta de tempo que mediou a sua elaboração e o final do processo de audiência prévia de interessados.

[1] Estas participações foram integradas em Sistema de Informação durante a elaboração deste relatório

2 A PARTICIPAÇÃO PÚBLICA E O SISTEMA DE PLANEAMENTO

A participação pública é um pilar essencial nos procedimentos desenvolvidos pela administração pública, balizada constitucionalmente nos direitos à informação e à participação pública[2], em particular para os efeitos presentes, na elaboração de planos e restante actividade urbanística da administração pública (Jorge Mendes et al 2009: 20).

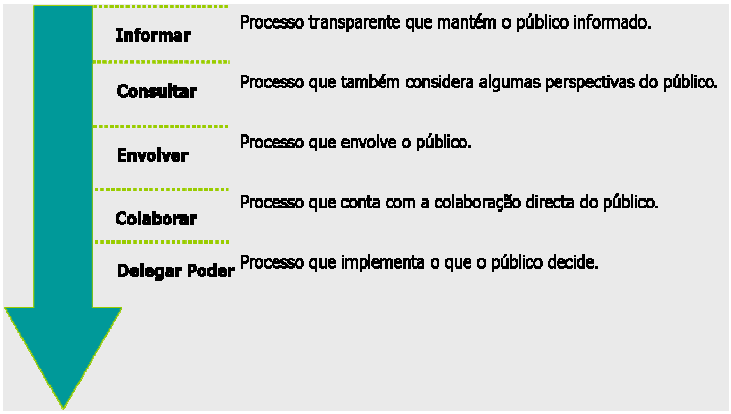
Muitos autores referem que é um instrumento fundamental no complemento da democracia representativa, marcada agora pela delegação de interesses, poderes e procedimentos, que a fazem convergir cada vez mais para uma ampla democracia participativa, na qual a relação com o cidadão deixa de ser de educação e manipulação, para uma conexão em pé de igualdade com os administrados (Partidário, 2003: 101 e Jorge Silva et al 2009: 140).

A participação começa a ser encarada como algo benéfico, como instrumento enriquecedor, pois permite assegurar que as preocupações dos cidadãos são consideradas nas questões concretas discutidas pela administração, que os seus valores e objectivos são internalizados no processo decisório.

Muitos autores referem a participação como um novo paradigma, pedra fulcral na revitalização do processo de planeamento, na sua legitimação, vital no percurso para a construção de futuros sustentáveis para o território.

Estamos na era da governância em oposição ao passado em que, "normalmente, os planos são apresentados às populações depois da sua concretização, para depois eventualmente se fazerem alguns acertos. Mas durante o processo de elaboração, o diálogo e a troca de ideias nunca se fizeram, o que se discute é só a solução final" (Jorge Gonçalves et al, 1995 :49).

Figura 2: Escala de Participação Pública



Fonte: Adaptado de Jorge Silva et al, 2009

[2] Cfr. Artigo 65.º. n.º 5 da Constituição da República Portuguesa

3 O PROCESSO DE REVISÃO DO PDM DE OURÉM

Em 1998 Ourém era um dos 4 Concelhos do Continente que nunca tinha tido um PDM eficaz, embora houvesse algum trabalho desenvolvido anteriormente por duas equipas externas à Câmara Municipal de Ourém (CMO), sendo que a primeira faliu e a segunda incompatibilizou-se com a delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) para o concelho. Este atraso criou grandes problemas à gestão municipal do concelho, e levou à aprovação em 2002 de um PDM feito em tempo recorde, conforme afirmado pela equipa técnica responsável (Paulo Almeida, 2003: 71).

A necessidade de aprovação rápida deste Instrumento de Gestão Territorial (IGT) levou ao seu empobrecimento técnico, o qual viria a criar situações de dificuldade aos cidadãos e empresas que no concelho se instalaram ou o pretendiam fazer.

A unanimidade criada em torno da necessidade de revisão do PDM de Ourém levou a que em 2007 a Câmara Municipal de Ourém tenha deliberado iniciar o procedimento de revisão do PDM, com a aprovação dos termos de referência e publicitação do período de audiência de interessados, pelo Aviso 12 579/2007 de 11 de Julho.

Ao abrigo do Artigo 77.º do Decreto-Lei (DL) n.º 380/99, de 22 de Setembro, com última redacção dada pelo DL n.º 46/2009 foi iniciado um período de participação preventiva concedido por 30 dias, com intuito de que os munícipes pudessem participar pela formulação de sugestões a internalizar na Revisão do Plano Director Municipal de Ourém (RPDMO).

Passados os 30 dias referidos, e como não foi dado início aos trabalhos de elaboração do plano, continuaram a dar entradas participações/sugestões nos serviços da Câmara Municipal que as acolheram e integraram no sistema de informação geográfica (SIG).

Já em 2010 foi retomado este procedimento de revisão, e uma vez que a divulgação em 2007 não tinha contemplado a publicitação do procedimento em jornal nacional[3], decidiu-se abrir novo período de audiência prévia com a publicação do Aviso n. º 12 817/2010 de 25 de Junho e com a divulgação dessa tramitação nos meios de informação legalmente previstos.

Para novo período de participação prévia foram concedidos novamente 30 dias, a terminar a 6 de Agosto. Contudo, pela importância que se entendeu dar à participação de todos os interessados, optou-se pela realização de diversas acções de esclarecimento por todo concelho, além do prorrogamento do processo até dia 15 de Outubro.

[3] Crf. O número 2 do Artigo 149.º do RJIGT

4 OS DIFERENTES PERÍODOS DE PARTICIPAÇÃO PREVENTIVA

Os contributos resultantes da participação pública sobre os quais este relatório versa resultam dos preceitos enunciados no ponto 2, ou seja, das aberturas dos procedimentos de audiência prévia de interessados para revisão do PDMO, e ainda de um outro preceito de alteração parcial ao PDM.

Esse procedimento de alteração parcial foi despoletado pelo Aviso n.º 4849/2009 de 4 de Março, resultando da deliberação de 23 de Fevereiro de 2009 desta Câmara. Os objectivos da alteração eram:

a) Ajustar os parâmetros de aproveitamento urbanístico nos espaços inseridos dentro e fora dos perímetros urbanos;

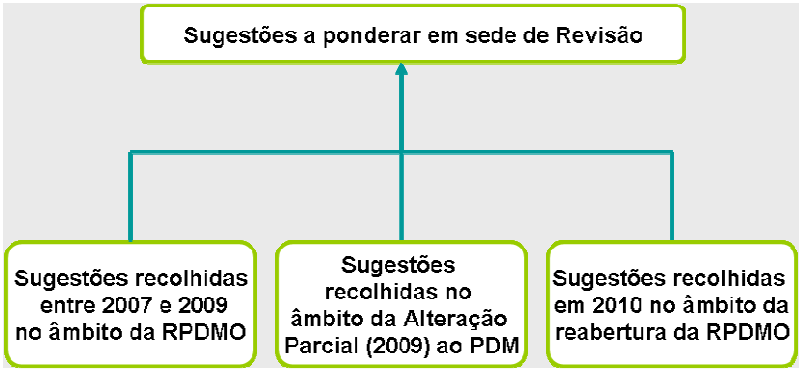
b) Reformular as definições constantes no regulamento concretamente no que diz respeito a operações de natureza urbanística;

c) Corrigir erros e omissões existentes no regulamento no que diz respeito à edificabilidade dentro e fora dos perímetros urbanos;

d) Proceder a rectificações cartográficas no traçado das infra-estruturas e nos limites administrativos.

O organograma seguinte mostra de que forma a informação foi integrada.

Figura 3: A obtenção das participações a ponderar em sede de revisão do PDM de Ourém



4.1 Metodologia de análise das pretensões por tipologia

Para melhor compreensão das muitas sugestões/participações recolhidas os serviços técnicos da Câmara Municipal de Ourém procederam à georreferenciação dos contributos, quando não eram integrados directamente no acto da participação[4].

Posteriormente foi feita a análise das participações e a sua caracterização tipológica. Essa tipificação foi feita de acordo com o teor de cada participação, tendo sido criados 14 grandes grupos de sugestões, que as sintetizam pela formação de *clusters*.

Quadro 1: Tipologias criadas para análise das sugestões registadas

Acrónimos	Descrição
AC	Alteração/redelimitação de condicionantes
AU	Alteração do uso do solo
EP	Esclarecer pretensão
APIE	Alteração do perímetro afecto à industria extractiva
ATV	Alteração do traçado das vias
EREN	Exclusão da REN
ERAN	Exclusão da RAN
DPE	Dimensão da parcela edificável
AEI	Alteração para espaço industrial
APEU	Alteração do perímetro urbano
AEU	Alteração para espaço urbano
AIE	Alteração para indústria extractiva
APU	Alteração dos parâmetros urbanísticos
TUR	Alteração para turismo

Fonte: CMO, 2009

[4] Só no processo participativo de 2010 é que os contributos eram georreferenciados automaticamente aquando da participação dos munícipes

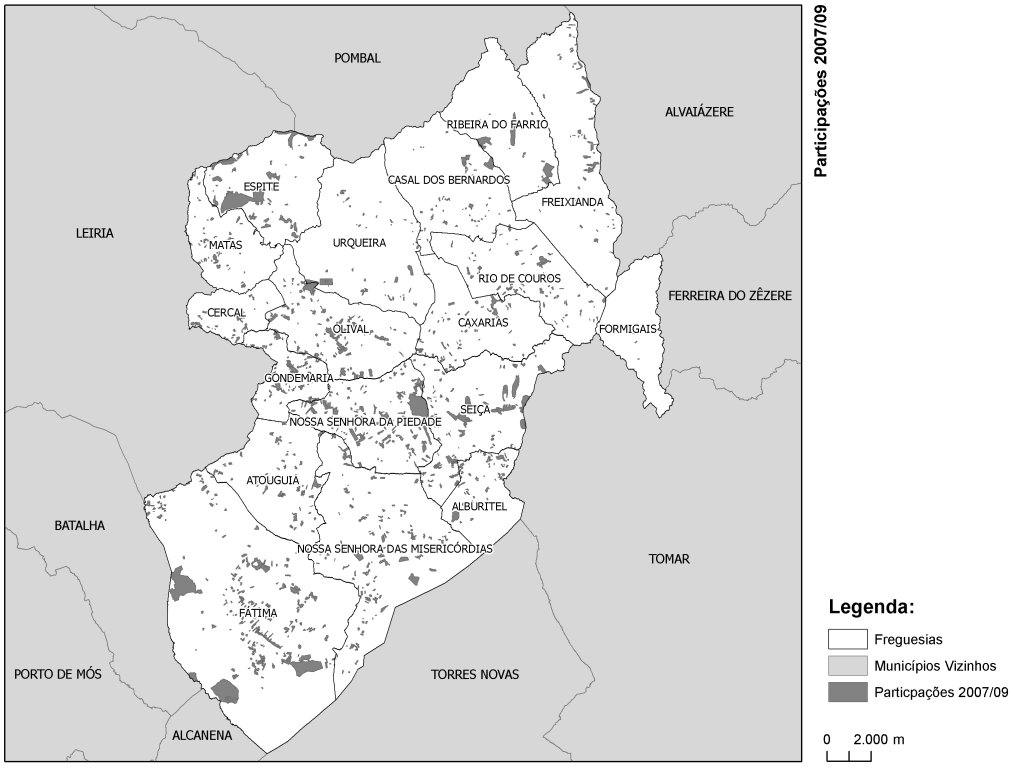
5 RESULTADOS NO PERÍODO 2007/2009

Durante o período de audiência prévia concedida pelo Aviso 12 579/2007 de 11 de Julho, que publicou os termos de referência para a revisão do PDM de Ourém, e até 28 de Dezembro de 2009, foram aceites as observações, reclamações e sugestões dos interessados neste procedimento através da disponibilização de uma ficha de participação em papel nos serviços administrativos da Câmara Municipal de Ourém e no então Projecto Municipal de Ordenamento do Território.

Essa dilação no tempo de recepção de participações, o não se ter apenas ficado pelo estrito cumprimento do período de audiência prévia previsto, resultou da interpretação do RJIGT, nomeadamente o n.º 2 do Artigo 6.º segundo o qual "o direito de participação referido no número anterior compreende a possibilidade de formulação de sugestões e pedidos de esclarecimento ao longo dos procedimentos de elaboração, alteração, revisão, execução e avaliação, bem como a intervenção na fase de discussão pública que precede obrigatoriamente a aprovação".

Foram recebidas **1 621** comunicações, que se encontram localizadas conforme a figura seguinte.

Figura 4: Distribuição das participações registadas no período de 2007/2009



Fonte: CMO, 2010

5.1 Distribuição das participações por freguesia

Em termos locativos, como foi referido anteriormente, as participações distribuíram-se um pouco por todo o concelho com algumas variações entre freguesias resultantes de pressões demográficas diferentes.

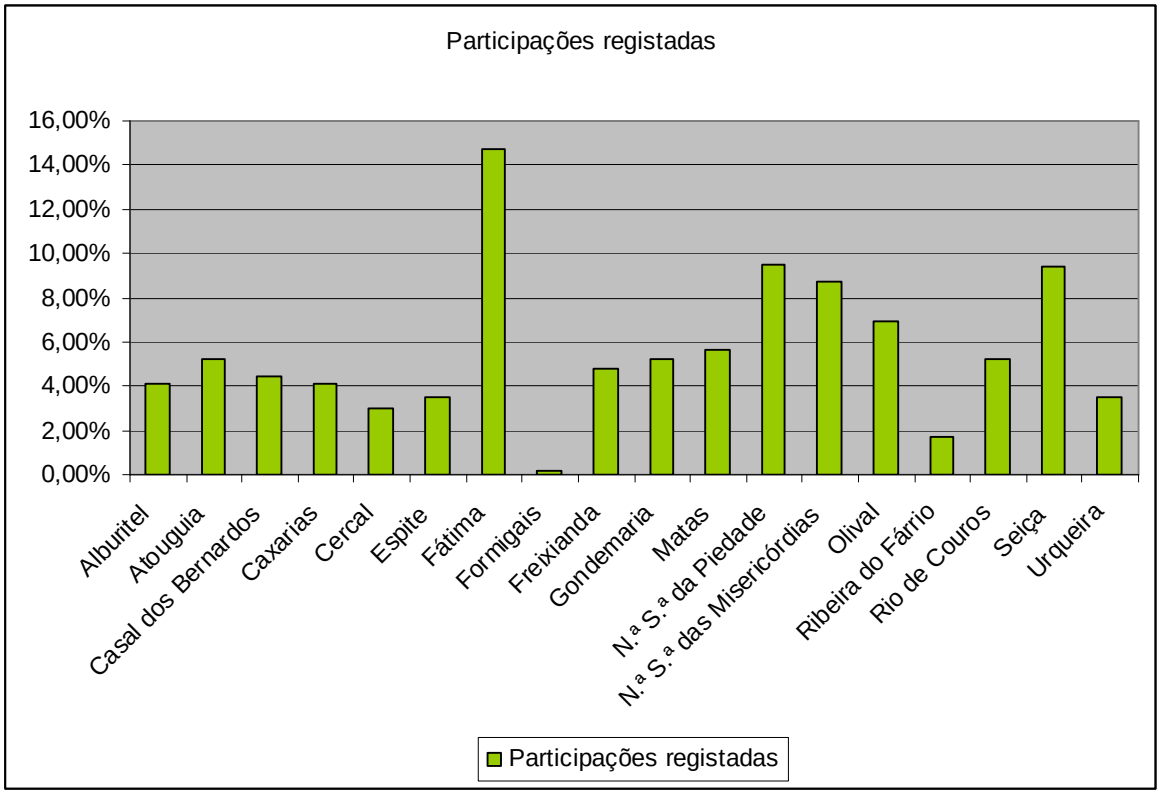
Fátima, num extremo, foi a freguesia que mais participações registou, 285, enquanto por oposição a freguesia de Formigais apenas registou 3 participações.

Quadro 2: Distribuição das participações registadas por freguesia no período 2007/2009

Freguesia	Número de Participações	Percentagem
Alburitel	70	4,32
Atouguia	81	5,00
Casal dos Bernardos	57	3,52
Caxarias	69	4,26
Cercal	43	2,65
Espite	56	3,45
Fátima	285	17,58
Formigais	3	0,19
Freixianda	69	4,26
Gondemaria	84	5,18
Matas	54	3,33
N.ª S.ª da Piedade	160	9,87
N.ª S.ª das Misericórdias	166	10,24
Olival	120	7,40
Ribeira do Fárrio	15	0,93
Rio de Couros	105	6,48
Seiça	134	8,27
Urqueira	50	3,08

Fonte: CMO, 2009

Gráfico 1: Distribuição das participações por freguesia no período 2007/2009



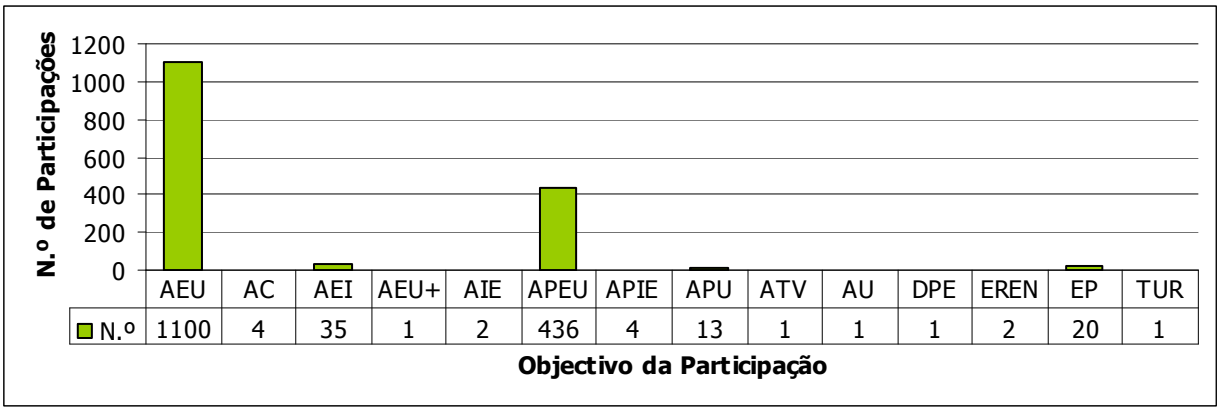
5.2 Caracterização das participações por tipologia

Do universo de participações recebidas nesse período, as questões mais invocadas estavam associadas a questões que se traduziam na reclassificação de solo rural como urbano, em abrigo ao descrito do artigo 72.º do RJIGT, com a consequente expansão dos perímetros urbanos (CMO, 2009).

Como se observa no gráfico seguinte os pedidos de alteração de solos rurais para espaço urbano são os mais representativos, cerca de 68%, seguidos dos pedidos de alteração do perímetro urbano, que correspondem a cerca de 27%.

Em termos gerais, considerando as participações totalmente inseridas em solo rural e aquelas que pretendem uma reconfiguração do perímetro urbano, conclui-se que cerca de 95% das participações pressupõem a reclassificação de solo rural em urbano (vd. quadro seguinte).

Gráfico 2: Participações registadas por tipologia no período 2007/2009



Fonte: CMO, 2009

As restantes participações relacionam-se, com a alteração e/ou rectificação do uso do solo para indústria extractiva, com a alteração e/ou rectificação do solo para espaço industrial e à alteração dos parâmetros de aproveitamento urbanístico por parcela.

Como também vem referido no relatório de análise a essas participações, 20 dos contributos registados padecem ainda de esclarecimento por parte dos requerentes, na medida em que não eram perceptíveis as suas razões, os seus motivos.

Exemplo desses casos são aquelas participações em que se propõem a reclassificação do solo como urbano, mas cujas já se encontram na sua totalidade inseridas em espaço urbano, algumas das quais integradas nas áreas de intervenção do Plano de Urbanização de Fátima (PUF) e na Unidade Operativa de Planeamento e Gestão que está a ser densificada por um procedimento de planeamento conducente à elaboração do respectivo Plano de Urbanização de Ourém (PUO).

Na tabela seguinte apresentam-se estes dados descriminados por freguesia.

Quadro 3: Classificação das participações por tipologia no período 2007/2009

Freguesia	Tipologia da Participação													
	AEU	AC	AEI	AEU+ AEI	AIE	APEU	APIE	APU	ATV	AU	DPE	EREN	EP	TUR
Alburitel	61	-		-	-	9	-	-	-	-	-	-	-	-
Atouguia	57	-	1	-	-	22	-	-	-	-	-	-	1	-
Casal dos Bernardos	41	-	-	-	1	14	-	-	-	-	1	-	-	-
Caxarias	50	-	1	-	-	15	-	3	-	-	-	-	-	-
Cercal	27	-	2	-	-	14	-	-	-	-	-	-	-	-
Espite	38	-	2	-	-	16	-	-	-	-	-	-	-	-
Fátima	210	-	6	-	1	54	3	1	-	-	-	1	8	1
Formigais	1	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Freixianda	55	-	-	-	-	11	-	1	-	-	-	-	2	-
Gondemaria	53	-	4	1	-	25	1	-	-	-	-	-	-	-
Matas	25	-	3	-	-	26	-		-	-	-	-	-	-
N.ª S.ª da Piedade	94	2	4	-	-	50	-	5	1	-	-	-	4	-
N.ª S.ª das Misericórdias	110	1	3	-	-	47	-	2	-	1	-	-	2	-
Olival	74	1	4	-	-	40	-	-	-	-	-	-	1	-
Ribeira do Fárrio	12	-	1	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio de Couros	65	-		-	-	39	-		-	-	-	-	1	-
Seiça	99	-	3	-	-	29	-	1	-	-	-	1	1	-
Urqueira	28	-	1	-	-	21	-		-	-	-	-		-
TOTAL	**1100**	**4**	**35**	**1**	**2**	**436**	**4**	**13**	**1**	**1**	**1**	**2**	**20**	**1**

Fonte: CMO, 2009

6 RESULTADOS PROVENIENTES DO PROCESSO DE ALTERAÇÃO PARCIAL

O processo de alteração parcial que foi aberto com o Aviso n.º 4849/2009 de 4 de Março, melhor descrito no ponto 4 deste relatório, conduziu a um período de audiência prévia de interessados que decorreu entre o dia 5 de Março de 2009 e o dia 25 do mesmo mês.

Durante este espaço de tempo foram registadas **84** participações, dirigidas à Câmara Municipal, por forma a determinar se tinham ou não enquadramento nesse procedimento, de acordo com os objectivos para ele estabelecidos.

A formalização podia ser feita pelo preenchimento de uma ficha de participação, disponibilizada em papel nos serviços administrativos da Câmara Municipal e no Projecto Municipal de Ordenamento do Território de Ourém (PMOTO), ou ainda pelo envio da ficha em formato digital através do correio electrónico geral da autarquia, ou do próprio Projecto Municipal.

Estiveram disponíveis para consulta pública todos os elementos que constituem a proposta de Alteração ao PDM:

a) Informação n.º 17/2009 de 05 de Fevereiro do PMOTO;

b) Deliberação de 23/02/2009, onde a Câmara Municipal aprova o procedimento de Alteração "Parcial" ao PDM;

c) Relatório do PMOTO/CMO com a definição dos objectivos/âmbito pretendido para a Alteração.

Os serviços técnicos em respeito à deliberação de Câmara analisaram o teor das participações, categorizando-as de acordo com a sua possibilidade de inclusão nesse procedimento. Foram criados seis grupos temáticos (A a F) que representavam grupos homogéneos de requerimentos face ao seu objectivo. Esses grupos são enunciados de seguida (CMO, 2009 b):

Grupo A – As participações que solicitam a alteração do uso quer por expansão dos actuais perímetros urbanos ou pela criação de novos e que implicam necessariamente a reclassificação e requalificação do solo, situando-se ou não em restrições de utilidade pública;

Grupo B – As participações que solicitam a rectificação do perímetro urbano, isto é, aquelas cujas parcelas se encontram parcialmente em espaço urbano, sem qualquer restrição de utilidade pública;

Grupo C – As participações que solicitam a alteração de indicadores urbanísticos e aspectos de natureza regulamentar;

Grupo D – As participações que integram omissões ou erros materiais e cartográficos, detectados nos documentos que constituem o plano;

Grupo E – As participações relativas a Equipamentos ou Empresas que solicitam a adequação do uso do solo previsto no PDM à realidade existente. Correspondem maioritariamente aquelas áreas que à data da entrada em vigor do PDM, já registavam a presença de um conjunto de construções destinadas à indústria mas que foram omitidas na classificação vertida na planta de ordenamento, como espaço industrial;

Grupo F – Outros aspectos relacionados com o ordenamento e actos de natureza urbanística.

6.1 Distribuição das participações por freguesia

Pela não concretização do procedimento de alteração parcial entendeu esta Câmara Municipal repescar estes contributos para o processo de revisão do PDM de Ourém. Assim integrou-se esta informação em SIG, e foi novamente categorizada de acordo com a metodologia esplanada no ponto 4.1., uma vez que as classes definidas no ponto anterior não compreendiam o mesmo propósito[5].

Das 84 participações registadas constituíram-se 80 polígonos em SIG, dado que algumas pretensões eram de carácter mais genérico e estratégico, sem uma espacialização evidente.

A freguesia de Seiça com 14 participações foi aquela que registou mais contributos, 17,50% do total, seguida da freguesia de Nossa Senhora da Piedade com 17,00% e de Urqueira com 10,00%.

A freguesia de Fátima que nos restantes procedimentos foi aquela em que mais participações foram registadas, representou neste procedimento 8,75% do total das sugestões, à semelhança da freguesia de Gondemaria. O quadro seguinte apresenta essa informação:

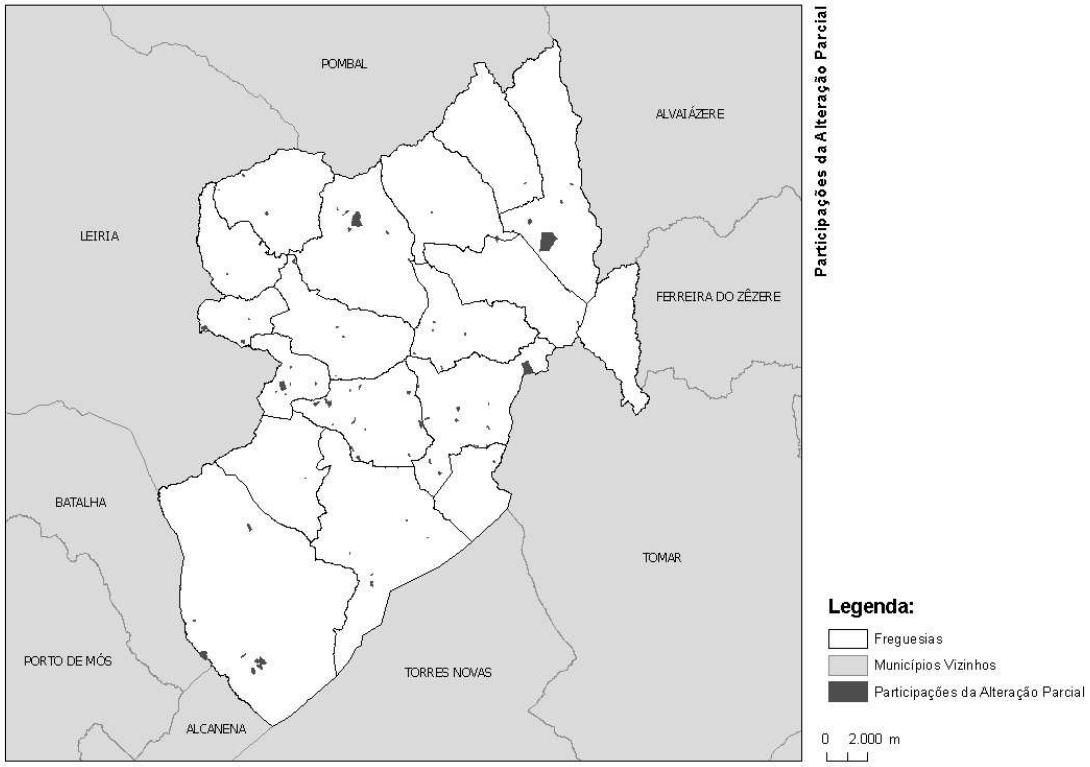
Quadro 4: Distribuição das participações resultantes do processo de alteração parcial

Freguesia	Número de Participações	Percentagem
Alburitel	1	1,25
Atouguia	1	1,25
Casal dos Bernardos	2	2,50
Caxarias	5	6,25
Cercal	4	5,00
Espite	3	3,75
Fátima	7	8,75
Formigais	0	0,00
Freixianda	5	6,25
Gondemaria	7	8,75
Matas	1	1,25
N.ª S.ª da Piedade	12	15,00
N.ª S.ª das Misericórdias	5	6,25
Olival	3	3,75
Ribeira do Fárrio	1	1,25
Rio de Couros	1	1,25
Seiça	14	17,50
Urqueira	8	10,00

[5] Por exemplo o que foi entendido por erro/omissão a integrar no processo de alteração parcial foi considerada uma classe distinta para o processo de revisão do PDM, como seja alteração para espaço industrial outra categoria de acordo com o seu teor.

A figura abaixo apresenta-se a distribuição dessas participações pelo território concelhio.

Figura 5: Distribuição das participações registadas no processo de alteração parcial



6.2 Caracterização das participações por tipologia

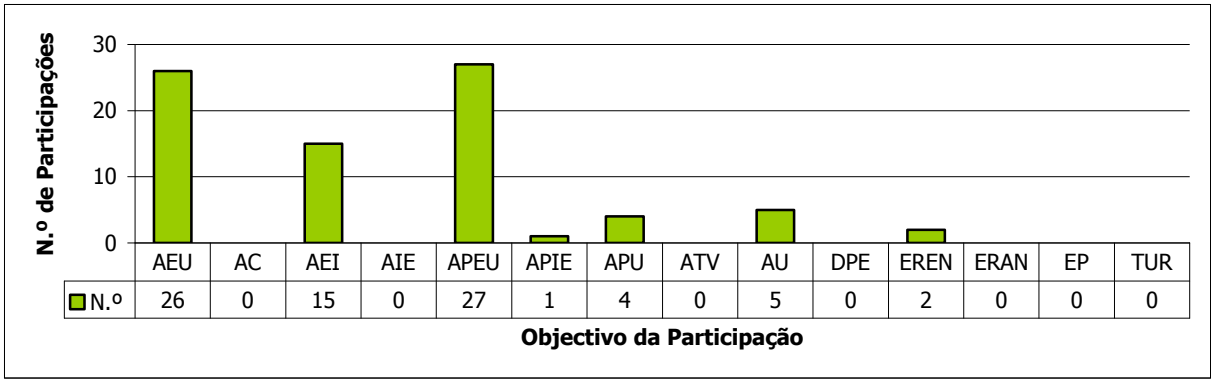
De todas de participações recebidas nesse período, à semelhança dos outros procedimentos em estudo, a maioria estava relacionada com a reclassificação de solo como urbano.

Assim 27 das participações (cerca de 34%) compreendiam extensão do perímetro urbano enquanto 26 das sugestões (cerca de 33%) pressupunham a classificação de parcelas também como urbanas.

Como se verifica no gráfico seguinte também houve um conjunto de registos relativos à alteração da qualificação de solo para industrial, cerca de 19%,o que se pode explicar pela natureza dos requerentes, visto que 15 % dos sujeitos que interpuseram requerimentos a esta Câmara eram empresas[6].

O gráfico seguinte demonstra essa dispersão por tipologia de participação, enquanto o quadro apresenta essas participações descriminadas por freguesia.

Gráfico 3 Participações registadas por tipologia no processo de alteração parcial



[6] Cfr. Relatório da Alteração Parcial, (CMO, 2009 b).

Quadro 5: Classificação das participações por tipologia no processo de alteração parcial

Freguesia	Tipologia da Participação													
	AEU	AC	AEI	AIE	APEU	APIE	APU	ATV	AU	DPE	EREN	ERAN	EP	TUR
Alburitel	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atouguia	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Casal dos Bernardos	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Caxarias	2	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cercal	-	-	3	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Espite	-	-	2	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Fátima	2	-	-	1	1	-	-	-	3	-	-	-	-	-
Formigais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Freixianda	1	-	1	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gondemaria	-	-	2	-	4	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Matas	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
N.ª S.ª da Piedade	3	-	1	-	5	-	-	-	1	-	2	-	-	-
N.ª S.ª das Misericórdias	2	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Olival	-	-	-	-	2	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Ribeira do Fárrio	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio de Couros	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Seiça	8	-	2	-	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-
Urqueira	4	-	3	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	**26**	**0**	**15**	**1**	**27**	**0**	**4**	**0**	**5**	**0**	**2**	**0**	**0**	**0**

7 RESULTADOS NO PERÍODO DE 2010

Com o Aviso n. º 12 817/2010 de 25 de Junho foi reiniciado o processo de revisão do PDM de Ourém, pelo concedimento de um novo período para audiência prévia dos interessados. Foi então montado pela Câmara Municipal todo um mecanismo que permitiu obter o máximo de informação, em parceria privilegiada com as juntas de freguesias, comunicação social e restante sociedade civil.

Este período de 30 dias inicial acabou por ser dilatado até dia 15 de Outubro de 2010, permitindo que até lá fossem desenvolvidas sessões de esclarecimento por todo o concelho. No total foram recebidas **1 184** participações, das quais 7 resultaram de erros de delimitação e 49 de duplicação de informação, o que perfaz **1 128** participações válidas[7].

7.1 Descrição do processo

Os mecanismos de participação

Como era entendimento da CMO que o processo devia ser transparente desde o seu início, que todos os cidadãos tivessem o mesmo nível de acesso à informação e de maneira a que ninguém fosse excluído independentemente do seu grau de formação académica, montaram-se diversos mecanismos de participação que tentaram ser ao máximo abrangentes.

Para os utilizadores com acesso facilitado a tecnologias de informação foram criadas duas alternativas: um endereço de email para o qual poderiam enviar as fichas de participação, e uma plataforma online na qual os cidadãos podiam identificar os seus terrenos e expor o seus requerimentos.

Para aqueles com preferência para o modelo mais tradicional de participação, houve a possibilidade de entregarem as fichas de participação na CMO e nas juntas de freguesia, presencialmente ou por correio.

Paralelamente, os cidadãos podiam ainda recorrer aos serviços técnicos da CMO, os quais estiveram diariamente ao dispor da população, no horário normal de expediente ou fora desse quando solicitado. Em termos práticos para o registo das sugestões foi criada uma plataforma digital, na qual os dados introduzidos eram descarregados directamente para uma Base de Dados (BD). A maioria das juntas de freguesia também se associaram a esta última metodologia, tendo sido atribuído para o efeito um login e uma palavra-chave a cada uma delas, à excepção das Freguesias de Alburitel, Nossa Senhora das Misericórdias e Nossa Senhora da Piedade (CMO 2010:9).

[7] Por vezes encontraram-se participações cujos polígonos eram semelhantes, contudo não foram eliminados porque ao não serem iguais (situação de duplicação) não se conseguiu perceber qual a participação deve ser levada em conta. Serão então consideradas mais tarde, durante a definição dos perímetros urbanos, em sede de elaboração da proposta de plano.

A concepção de uma plataforma deste tipo tem vários benefícios, dos quais se destaca a minimização de redundâncias (repetição de sugestões para o mesmo local) além de possibilitar um tratamento facilitado da informação.

As sessões de esclarecimento

Com o intuito de divulgar massivamente a importância dos cidadãos intervirem neste processo de revisão do PDM, foram realizadas sessões de esclarecimento por todas as freguesias do concelho, além de uma sessão especial para emigrantes que decorreu durante o mês de Agosto.

O formato dessas sessões foi definido de modo a ouvir e esclarecer todos os participantes de forma clara. Nesse fim dividiram-se as sessões em 3 partes: A primeira destinava-se a ouvir as Assembleias de Freguesia, na segunda era feita uma apresentação sobre o processo de revisão do PDM e, finalmente, na terceira era aberto o debate ao público onde este podia questionar quer o Vereador responsável pelo pelouro, quer os serviços técnicos da CMO presentes.

Pela transversalidade e importância deste trabalho os serviços técnicos que se deslocaram às juntas de freguesia foram-se revezando e derivaram das diferentes divisões da CMO.

Estas sessões, com a colaboração das juntas de freguesia e da comunicação social, alavancaram a rápida passagem de informação, o que era notório nos dias seguintes, pelo aumento do número de participações das respectivas freguesias (CMO 2010:9).

A escolha das datas para estas sessões foi feita em estreita sintonia com as juntas de freguesia[8] e por uma ordem cronológica que se iniciou pelas freguesias com sede em cidades, nomeadamente Nossa Senhora da Piedade e Fátima, seguindo-se depois as freguesias com vilas no seu território e finalmente as restantes, em respeito pela ordem alfabética sempre que tal foi possível (vd. quadro seguinte).

Como aflorado anteriormente foi ainda efectuada uma sessão especial para emigrantes, que se realizou dia 11 de Agosto. Participaram nessa reunião 36 munícipes, a maioria a residir em França, que além da sessão de esclarecimento do processo de revisão do PDM tiveram a oportunidade de conhecer os novos Paços do Concelho, a forma de funcionamento da Câmara Municipal de Ourém e ainda assistir a uma pequena amostra de produtos regionais.

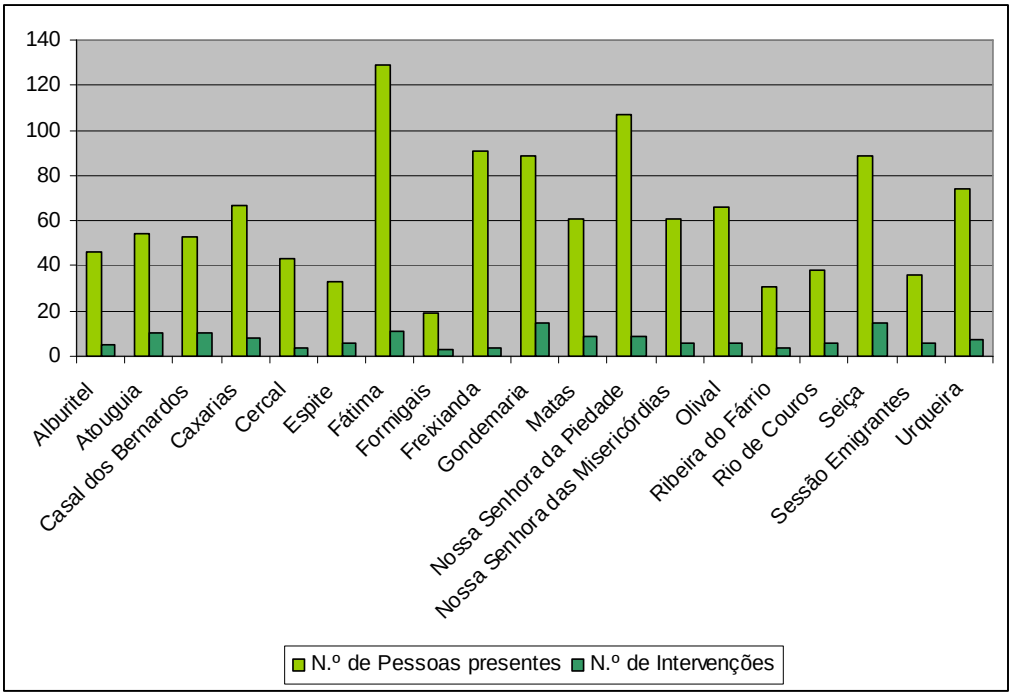
[8] As sessões não decorreram durante o mês de Agosto por se entender que os munícipes se encontravam de férias e, possivelmente impedidos de participarem.

Quadro 6: Sessões de esclarecimento realizadas, número de participantes e intervenções

Sessões de esclarecimento	Número de participantes	Número de intervenções	Data da sessão
Alburitel	46	5	07/09/2010
Atouguia	54	10	20/09/2010
Casal dos Bernardos	53	10	09/09/2010
Caxarias	67	8	23/07/2010
Cercal	43	4	16/09/2010
Espite	33	6	14/09/2010
Fátima	129	11	16/07/2010
Formigais	19	3	15/09/2010
Freixianda	91	4	19/07/2010
Gondemaria	89	15	27/09/2010
Matas	61	9	17/09/2010
N.ª S.ª da Piedade	107	9	03/07/2010
N.ª S.ª das Misericórdias	61	6	26/07/2010
Olival	66	6	30/07/2010
Ribeira do Fárrio	31	4	21/09/2010
Rio de Couros	38	6	23/09/210
Seiça	89	15	24/09/2010
Urqueira	74	7	6/10/2010
Sessão Emigrantes	36	6	11/08/2010

É perceptível no gráfico seguinte a distribuição do número de participantes pelas diferentes sessões. No total participaram 1 187 munícipes, o que resultou em 144 participações.

Gráfico 4: Distribuição do número de participantes e número de intervenções por sessão de esclarecimento



7.2 Distribuição das participações por tipo de registo

O processo de participação preventiva que decorreu em 2010 foi de todos o mais diversificado pela sua natureza, pois existiam à disposição dos interessados várias maneiras de registarem as suas participações.

A grande inovação institucional foi a da co-responsabilização das juntas de freguesia no processo de registo o que fez que não só estivessem a par do registo como fossem ainda difusores da mensagem pelos munícipes.

De seguida apresentam-se as participações registadas em 2010 (considerando o total sem filtragem) por meio de entrega dessas participações. Quase 29% dos registos foram executados pelas plataformas das juntas de freguesia, enquanto 6% das participações foram inseridas autonomamente pelos cibernautas no site Planos Online.

As restantes 768 sugestões foram directamente integradas nos serviços técnicos da Câmara Municipal, numa parceria com a empresa municipal Ambiourem.

Quadro 7: Total de participações por meio de registo

Tipo de registo executado	Número de participações registadas	%
Serviços Técnicos da CMO	768	64,86
Juntas de Freguesia	345	29,14
Site Planos Online	71	6,00

7.3 Distribuição das participações por freguesia

Em conformidade com os procedimentos anteriores também neste período de participação preventiva foram registados contributos um pouco por todo o concelho.

A freguesia de Fátima com 123 participações foi o território onde mais participações registaram, seguindo-se Seiça e Matas.

Quadro 8: Distribuição das participações registadas por freguesia no período de 2010

Freguesia	Número de Participações	Percentagem
Alburitel	44	3,90
Atouguia	64	5,67
Casal dos Bernardos	80	7,09
Caxarias	42	3,72
Cercal	37	3,28
Espite	40	3,55
Fátima	123	10,90
Formigais	1	0,09
Freixianda	60	5,32
Gondemaria	57	5,05
Matas	105	9,31
N.ª S.ª da Piedade	96	8,51
N.ª S.ª das Misericórdias	74	6,56
Olival	73	6,47
Ribeira do Fárrio	32	2,84
Rio de Couros	41	3,63
Seiça	117	10,37
Urqueira	40	3,55
Fora do concelho	2	0,18

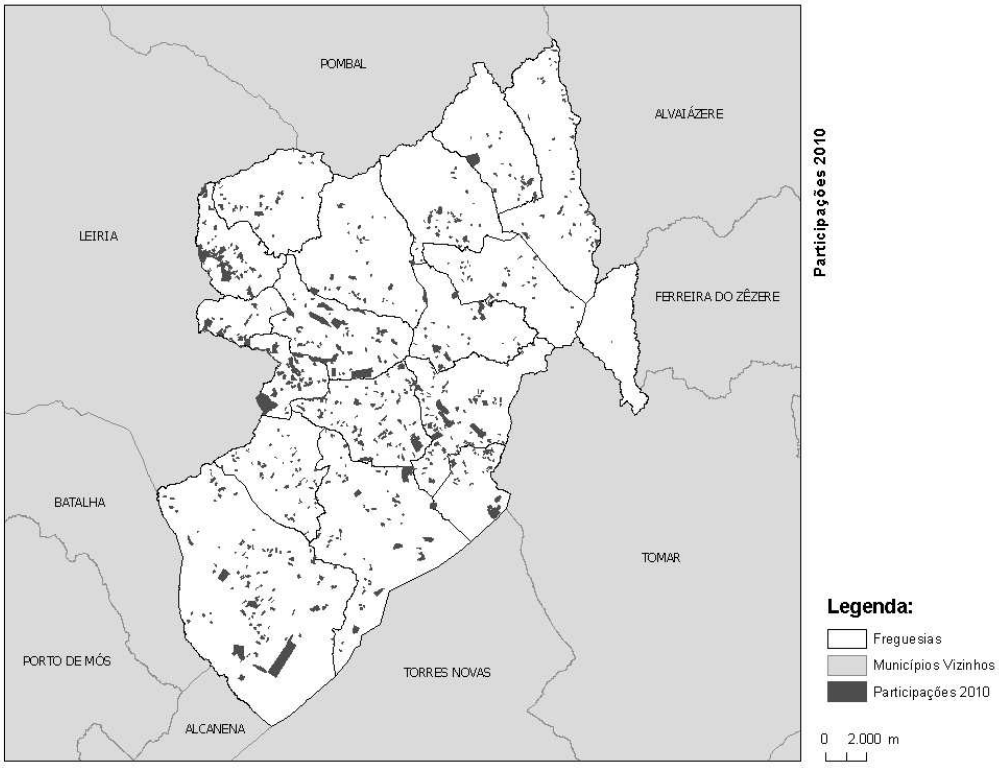
De salientar que neste procedimento foram registadas duas participações que se encontram parcial e totalmente fora do concelho de Ourém, e logo fora da abrangência do PDM de Ourém.

A primeira encontra-se totalmente fora do território concelhio e é nela solicitada a redefinição dos limites administrativos do concelho, pois segundo o requerente nem o município de Leiria nem da Batalha referem ter aquele espaço sobre sua jurisdição, à semelhança do Geoportal deste município.

A outra participação localiza-se entre a freguesia de Gondemaria e o concelho de Leiria, é relativa à classificação de solo rural para urbano, contudo no território do nosso concelho apenas se encontra uma pequena parte da identificada parcela.

Na figura seguinte apresenta-se a distribuição espacial das participações por todo o território concelhio.

Figura 6: Distribuição das participações registadas no processo de 2010

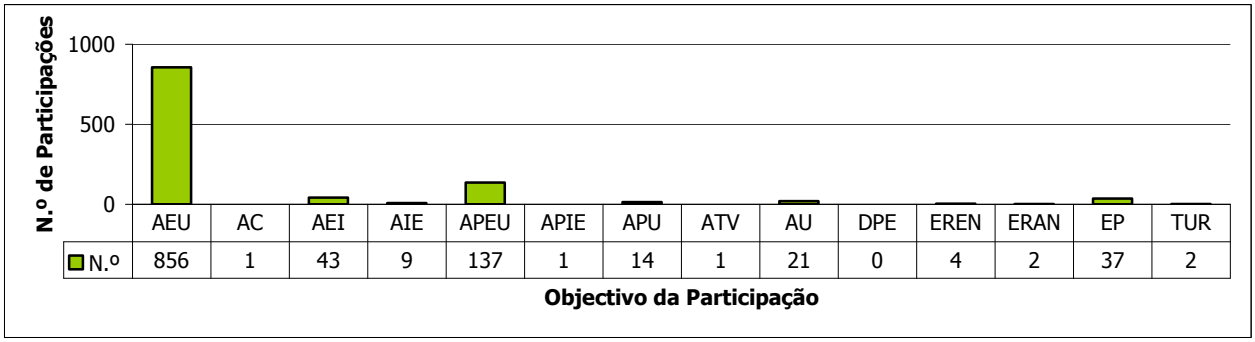


7.4 Caracterização das participações por tipologia

À semelhança da informação trabalhada anteriormente, também neste processo recente de participação preventiva foram invocadas pretensões semelhantes, que se traduziam maioritariamente na reclassificação de solo como urbano.

No gráfico seguinte pode observa-se esse facto, uma vez que 856 das participações (cerca de 76%) remontavam a pedidos de alteração para espaço urbano, seguidos de 137 pedidos para alteração de perímetro, cerca de 12%.

Gráfico 5: Participações registadas por tipologia em 2010



No quadro abaixo pode também notar-se que houve um número considerável de requerentes que pretendiam a classificação do solo como industrial, 43 que representam 3.81%.

Registaram-se também 37 participações que carecem ainda de esclarecimentos adicionais, uma vez que não se percebe o teor da exposição.

Quadro 9: Distribuição das participações registadas por tipologia em 2010

Freguesia	Tipologia da Participação													
	AEU	AC	AEI	AIE	APEU	APIE	APU	ATV	AU	DPE	EREN	ERAN	EP	TUR
Alburitel	32	-	2	2	5	-	1	-	2	-	-	-	-	-
Atouguia	62	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Casal dos Bernardos	60	-	-	-	11	-	-	-	9	-	-	-	-	-
Caxarias	39	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cercal	26	-	-	2	-	-	-	-	1	-	-	-	8	-
Espite	33	-	3	-	3	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Fátima	101	-	5	1	1	1	2	1	4	-	2	-	4	2
Formigais	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Freixianda	45	-	-	1	13	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Gondemaria	32	-	6	-	17	-	3	-	-	-	-	-	-	-
Matas	55	-	3	-	40	-	1	-	2	-	-	-	4	-
N.ª S.ª da Piedade	73	-	5	-	5	-	2	-	1	-	1	2	7	-
N.ª S.ª das Misericórdias	62	-	7	1	-	-	-	-	1	-	-	-	3	-
Olival	53	-	4	-	13	-	2	-		-	1	-	-	-
Ribeira do Fárrio	14	-	2	-	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio de Couros	35	-	-	1	3	-	-	-	-	-	-	-	2	-
Seiça	101	-	-	-	6	-	1	-	1	-	-	-	8	-
Urqueira	32	1	4	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	**856**	**1**	**43**	**9**	**137**	**1**	**14**	**1**	**21**	**0**	**4**	**2**	**37**	**2**

7.5 Relação das participações registadas em 2010 com as existentes

A análise aturada das participações registadas permite um conhecimento precoce face ao próprio exercício de planeamento, o que em termos metodológicos é benéfico pois possibilita que se tracem soluções sustentáveis que dentro do possível vão de encontro às perspectivas dos cidadãos.

Além disso, um registo informático do tipo do utilizado previne alguns erros embora não os elimine totalmente, eles podem ainda ser gerados essencialmente pela formação de polígonos incorrectos, o que leva o requerente ao desenho de outros que os substituam e, em alguns casos, que se criem mesmo polígonos duplicados.

Como referido os polígonos duplicados e os mal delimitados foram eliminados, já os que estavam repetidos foram mantidos, pois a sua eliminação poderia fazer desaparecer informação espacial ou mesmo de conteúdo.

Esta análise das participações registadas implicou também o estudo da relação delas com as restantes já existentes. Para tal foram criados vários domínios que se apresentam de seguida:

Quadro 10: Domínios de análise da relação das participações registadas em 2010 com as existentes

Domínios	Descrição
Nada a assinalar	Quando não havia qualquer relação entre a participação registada em 2010 e as existentes
Repetidas com a alteração parcial	Quando a participação registada em 2010 estava repetida total ou parcialmente com a registada na alteração parcial (mantendo-se o requerente)
Repetidas com sugestões de 2007/2009	Quando a participação registada em 2010 estava repetida total ou parcialmente com a registada em 2007/2009 (mantendo-se o requerente)
Repetidas em 2010	Quando a participação havia sobreposição total ou parcial de sugestões registadas em 2010 (mantendo-se o requerente)
Sobrepostas com alteração parcial	Quando havia sobreposição total ou parcial da participação registada em 2010 com outras registadas na alteração parcial (implica referentes diferentes)
Sobrepostas com sugestões de 2007	Quando havia sobreposição total ou parcial da participação registada em 2010 com outras registadas em 2007/2009 (implica referentes diferentes)
Sobrepostas em 2010	Quando havia sobreposição total ou parcial da participação registada em 2010 com outras registadas no mesmo período por outros requerentes
Outras situações	Quando existiam sobreposições várias e/ou repetições
Duplicados	Quando existiam sugestões duplicadas
Mal delimitados	Quando existiam erros na formação dos polígonos

A maioria das participações válidas registadas 670, cerca de 59%, não tinham qualquer tipo de relação com outras existentes, categorizando-se com estado "nada a assinalar". Já 159 sugestões, 14% do total, foram consideradas repetidas total ou parcialmente com outras registadas.

Foram identificadas como sobreposições 202 registos, que configuraram cerca de 18 % das participações registadas em 2010.

O quadro seguinte densifica essa informação referida anteriormente.

Quadro 11: Número de registo por tipo de relação com outras participações existentes

Domínios	Número de registos	Percentagem
Nada a assinalar	670	59,40
Repetidas com a alteração parcial	2	0,18
Repetidas com sugestões de 2007/2009	117	10,37
Repetidas em 2010	40	3,55
Sobrepostas com alteração parcial	3	0,27
Sobrepostas com sugestões de 2007	112	9,93
Sobrepostas em 2010	87	7,71
Outras situações	97	8,60
Duplicados	49 (eliminados)	-
Mal delimitados	7 (eliminados	-

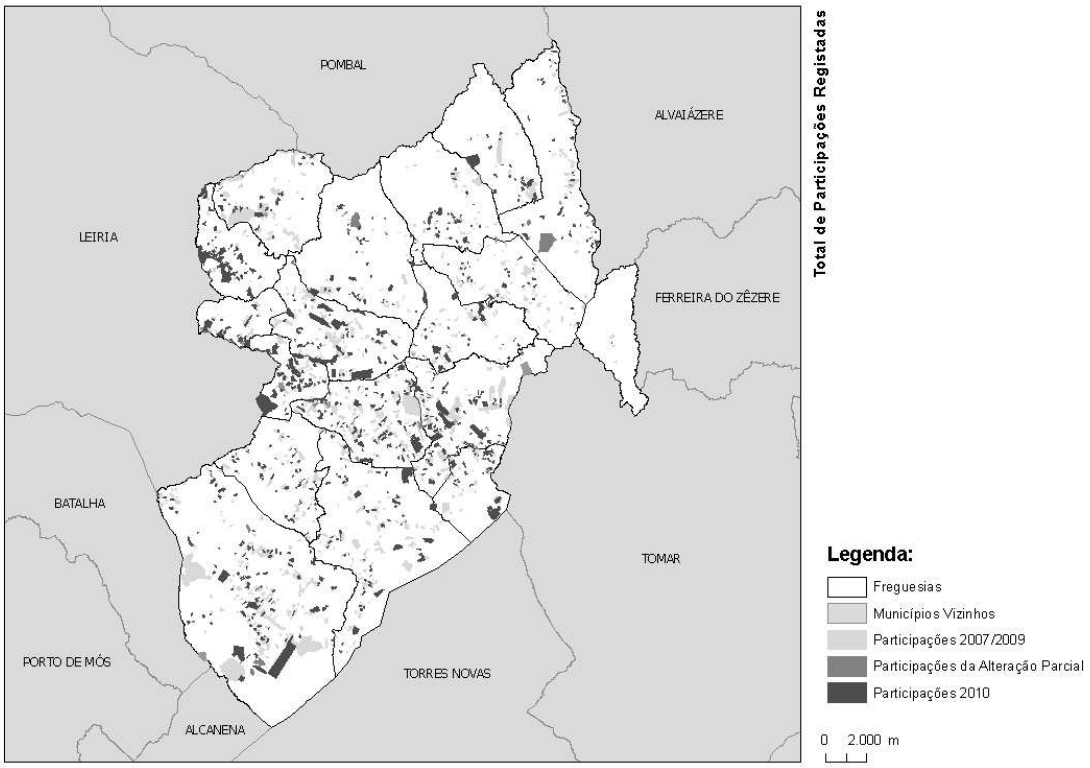
8 NOTAS FINAIS

Analisados os três processos participativos passa-se neste ponto à análise sumária da totalidade dos contributos recebidos.

8.1 Total das participações existentes à partida para o processo de revisão

Após agregação da informação existente, verifica-se que existem **2 829** participações espacializadas a ponderar no âmbito da revisão do PDM de Ourém. Esses registos dispersam-se por todo o município, como se pode observar na imagem seguinte.

Figura 7: Distribuição de todas as participações registadas



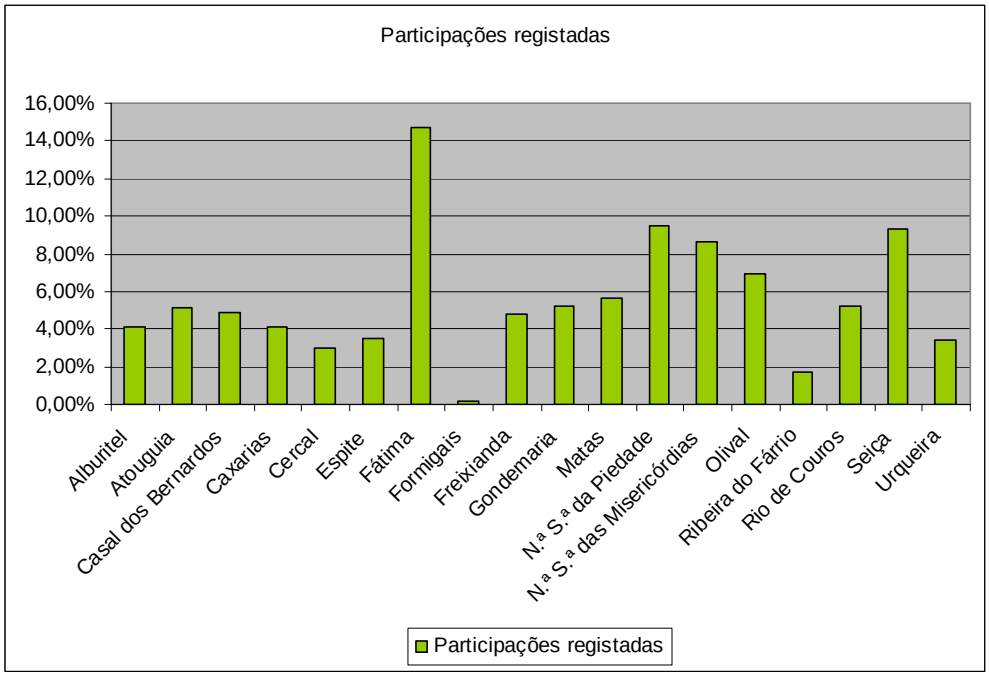
No quadro seguinte descrimina-se por freguesia as participações existentes. Como seria de esperar pela análise parcelar a freguesia de Fátima é aquela que mais contributos recolheu, seguindo-se Nossa Senhora da Piedade e Seiça.

A freguesia dos Formigais representa apenas 4 participações finalizados os três processos.

Quadro 12: Distribuição das participações totais registadas por freguesia

Freguesia	Número de Participações	Percentagem
Alburitel	115	4,07
Atouguia	146	5,16
Casal dos Bernardos	139	4,91
Caxarias	116	4,10
Cercal	84	2,97
Espite	99	3,50
Fátima	415	14,67
Formigais	4	0,14
Freixianda	134	4,74
Gondemaria	148	5,23
Matas	160	5,66
N.ª S.ª da Piedade	268	9,47
N.ª S.ª das Misericórdias	245	8,66
Olival	196	6,93
Ribeira do Fárrio	48	1, 07
Rio de Couros	147	5,20
Seiça	265	9,37
Urqueira	98	3,46
Fora do concelho	2	0,07

Gráfico 6: Distribuição das participações por freguesia



8.2 Total das participações por tipologia

O quadro seguinte faz a síntese das participações por tipologia, de acordo com a metodologia definida no ponto 4.1. Como se pode aferir a maioria das participações registadas reporta à reclassificação de solo rural em urbano, mais de 70%.

A segunda classe mais representativa relaciona-se com a alteração dos perímetros urbanos, 21,08%.

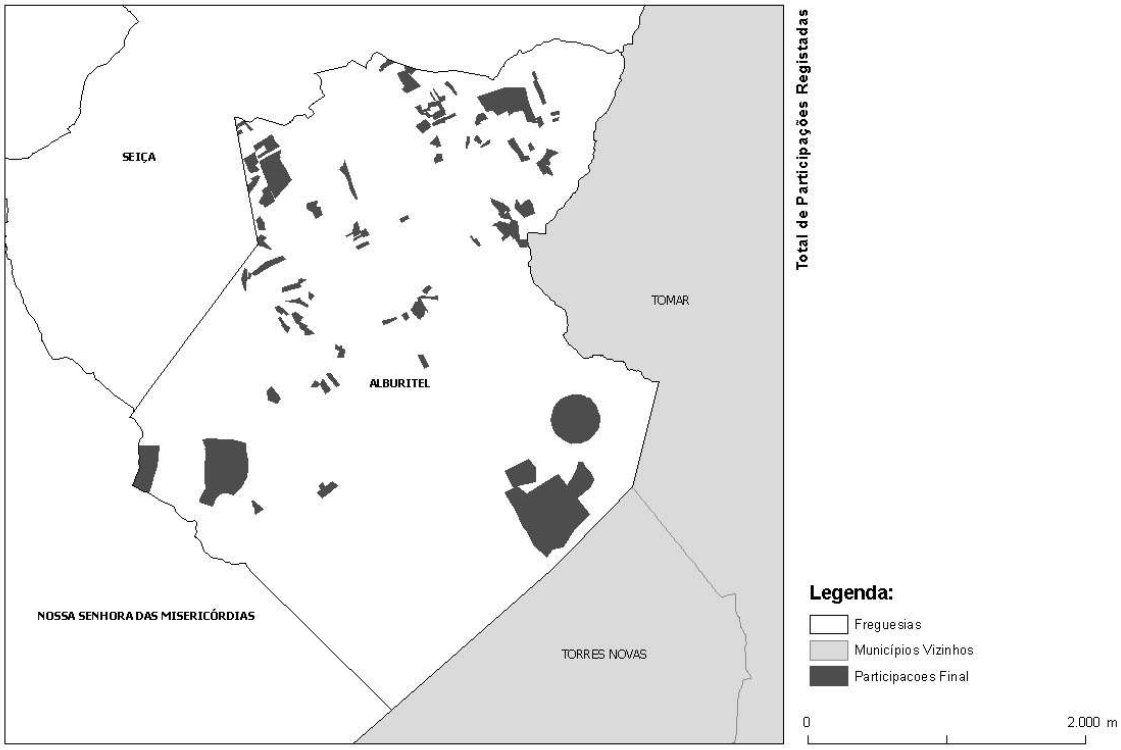
Quadro 13: Distribuição do total das participações por tipologia

Freguesia	Tipologia da Participação														
	AEU	AC	AEI	AIE	AEU +AEI	APEU	APIE	APU	ATV	AU	DPE	EREN	ERAN	EP	TUR
TOTAL no concelho	1982	5	93	12	1	593	5	31	2	18	1	8	2	57	3
Percentagem	70,06	0,18	3,29	0,42	0,04	21,21	0,18	1,10	0,07	0,95	0,04	0,28	0,07	2,01	0,11

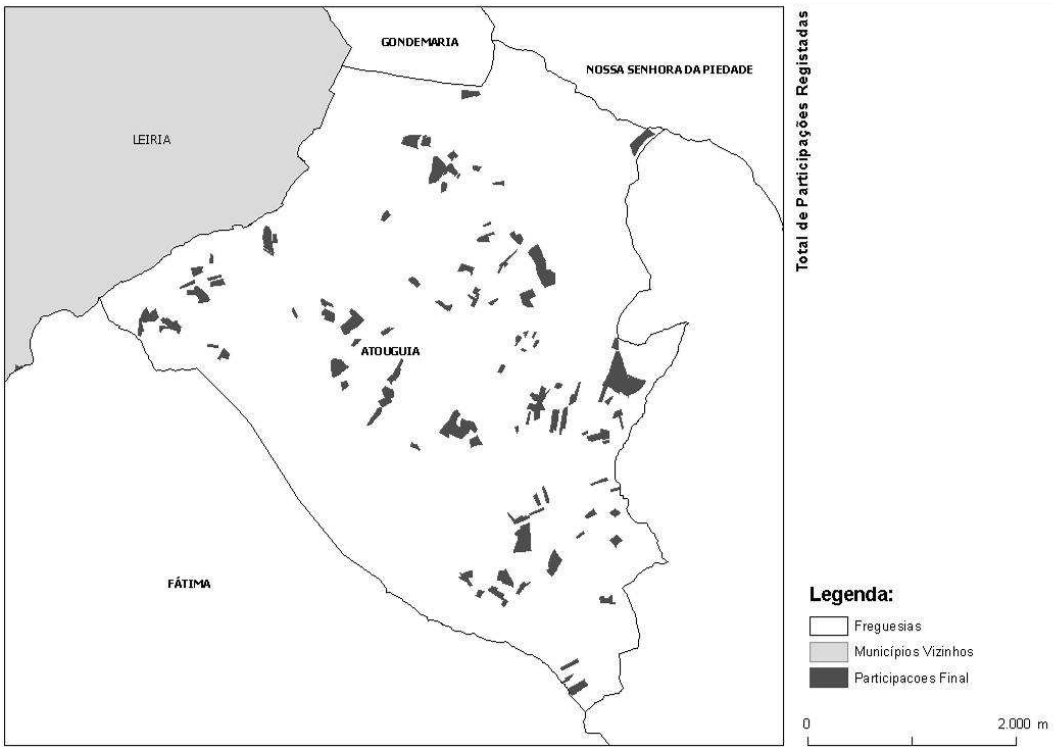
8.3 Total de participações por freguesia

Para melhor contextualização das questões a apreciar em sede de revisão apresentam-se também de seguida os mapas relativos à representação espacial das participações por tipologia. A representação é feita ao nível da freguesia.

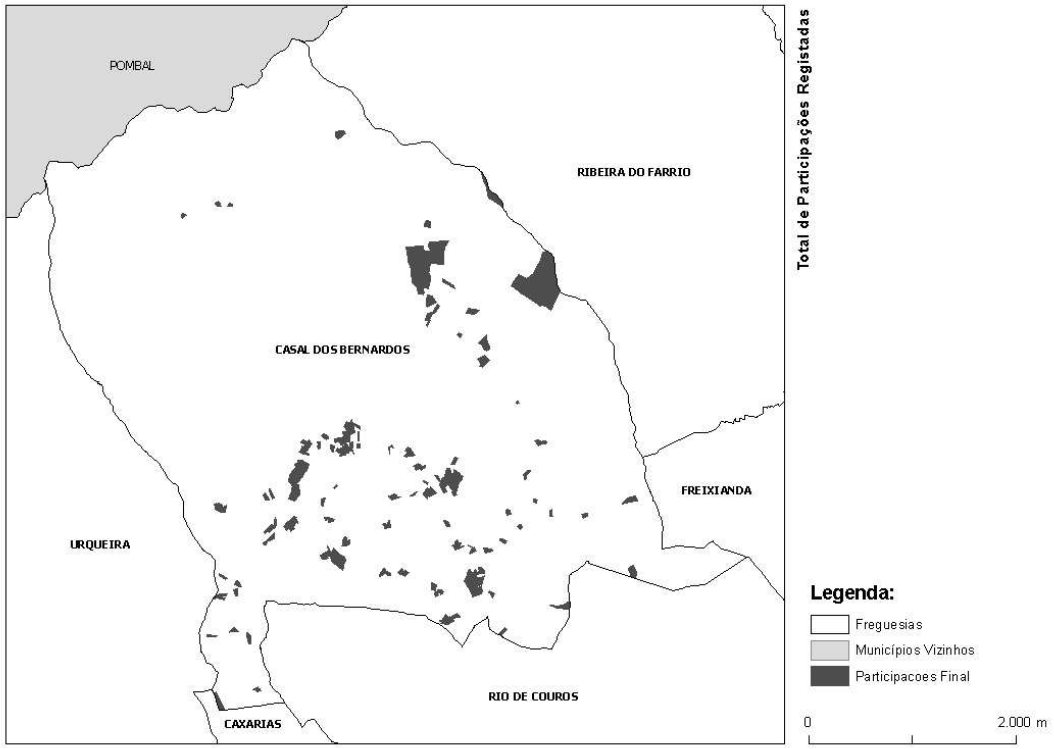
8.3.1 Alburitel



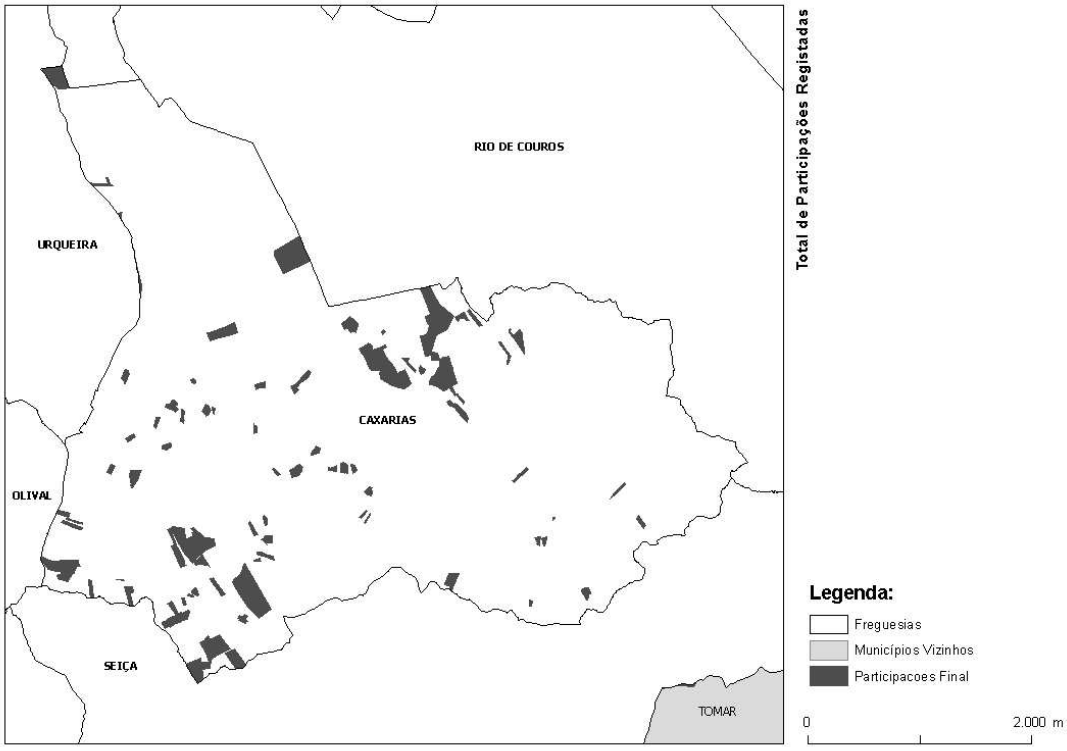
8.3.2 Atouguia



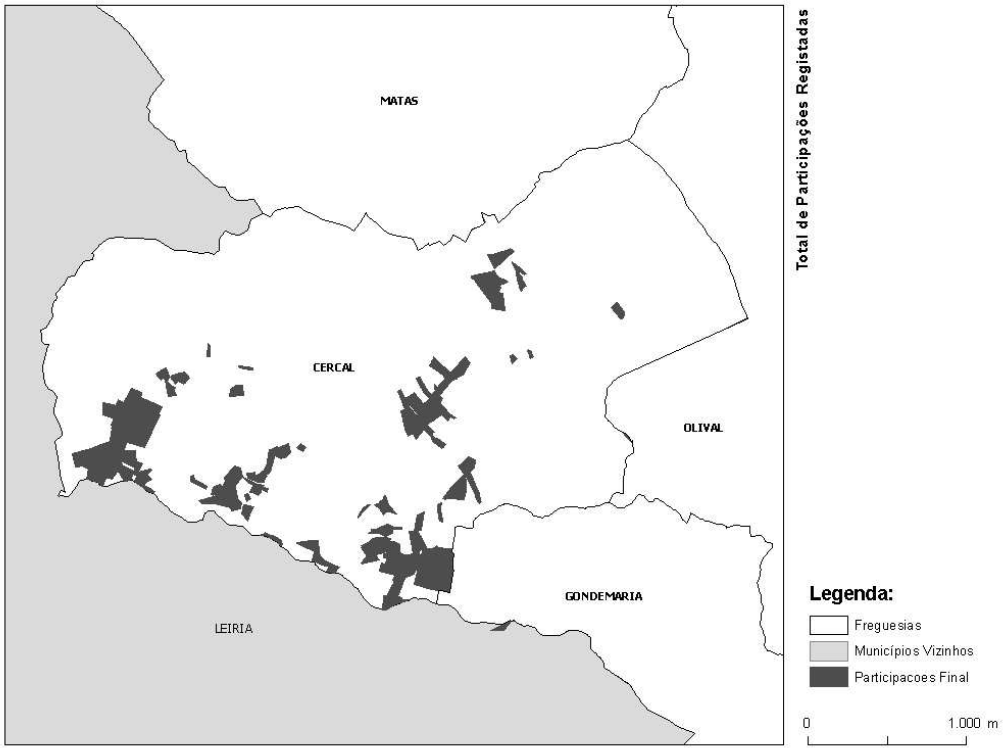
8.3.3 Casal dos Bernardos



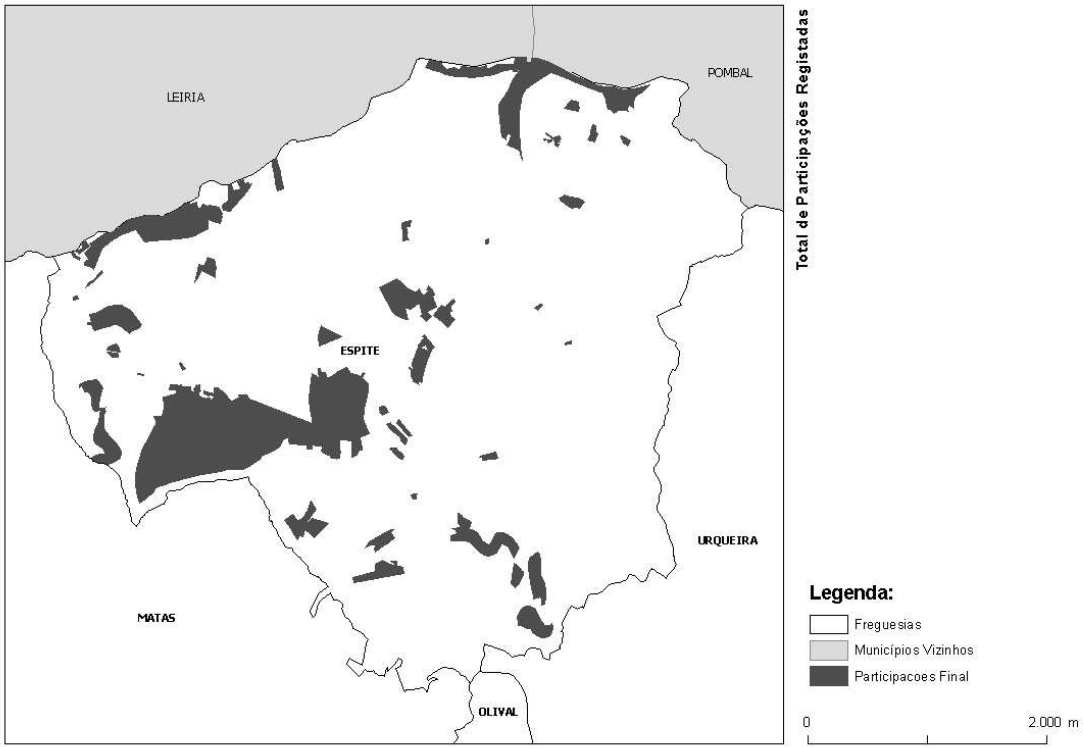
8.3.4 Caxarias



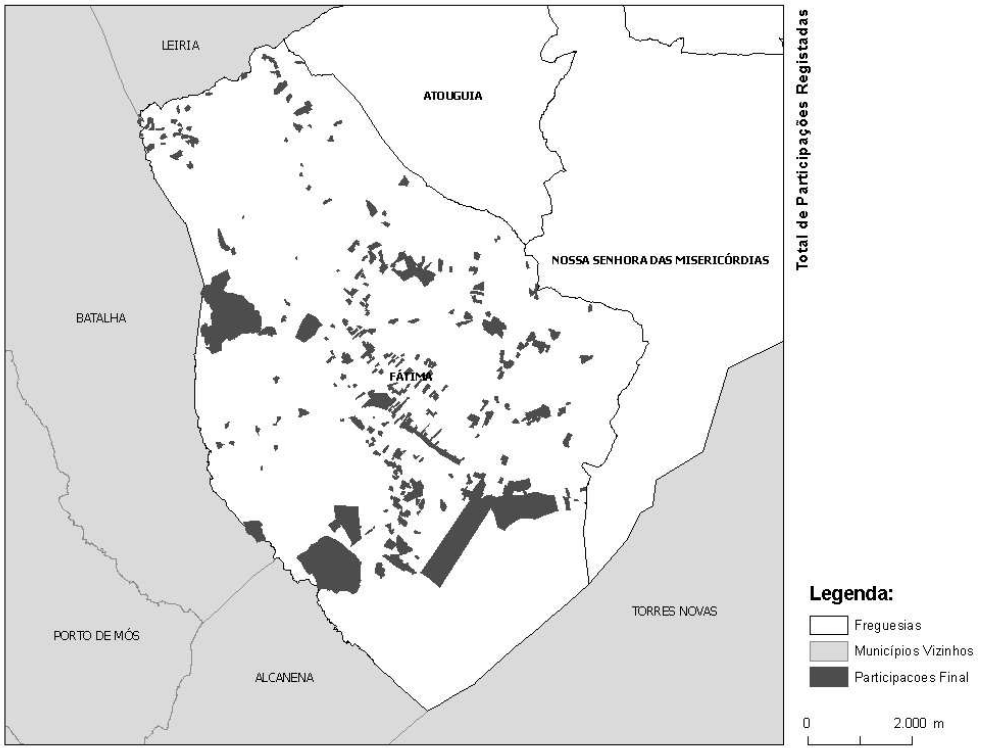
8.3.5 Cercal



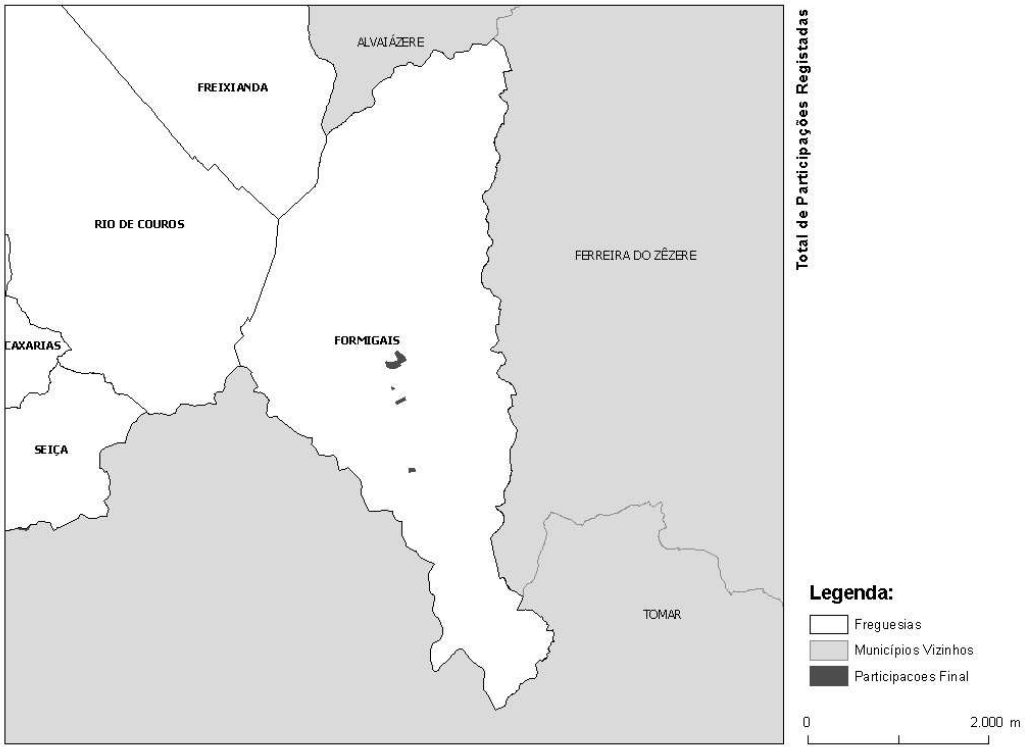
8.3.6 Espite



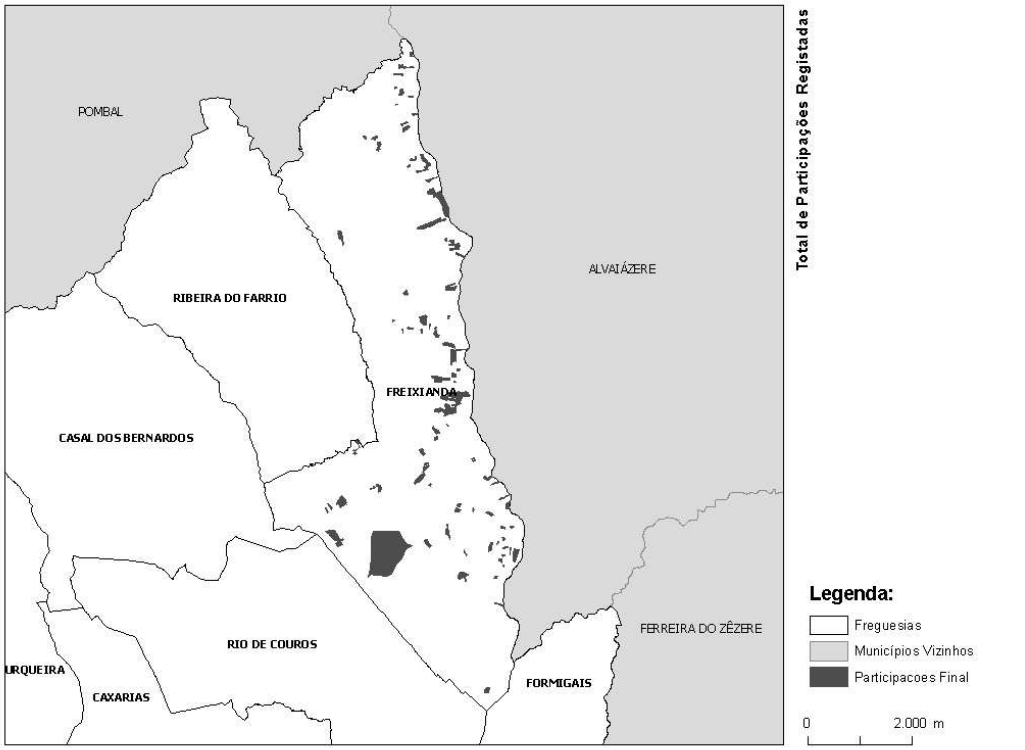
8.3.7 Fátima



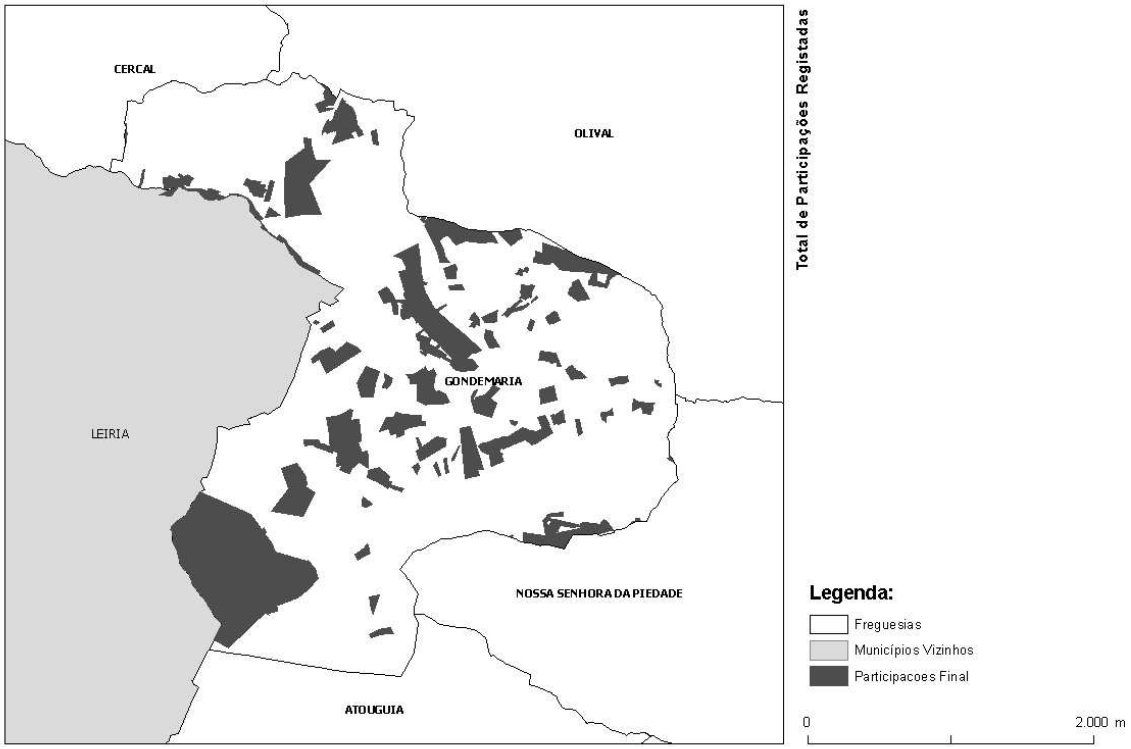
8.3.8 Formigais



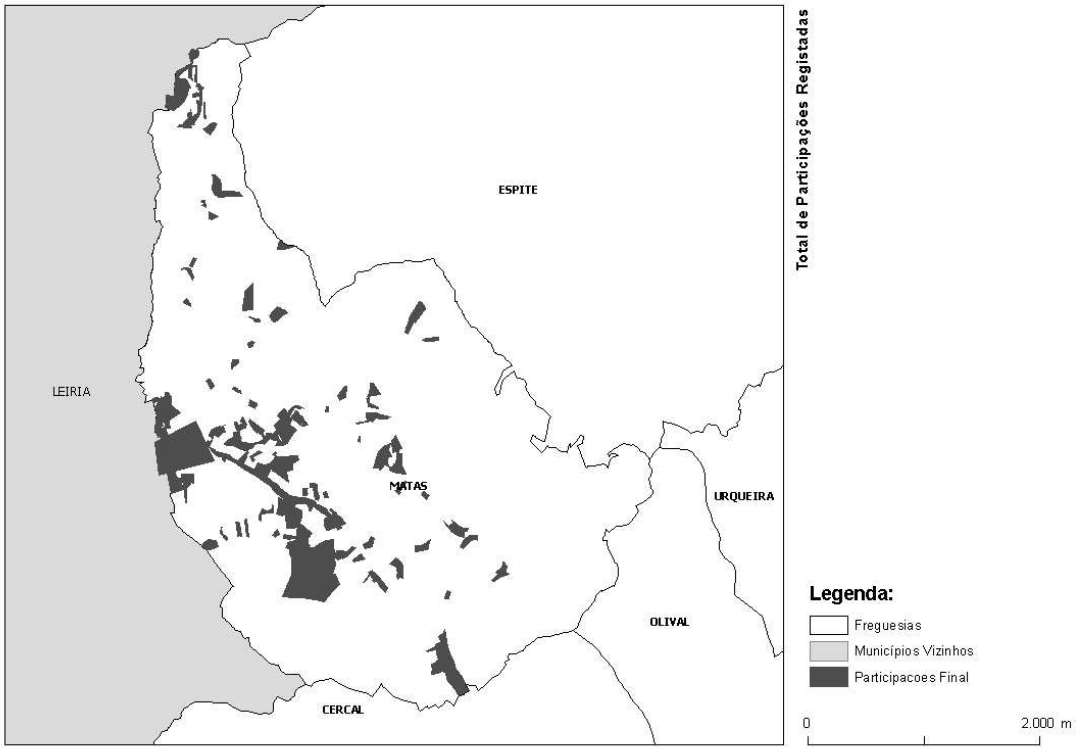
8.3.9 Freixianda



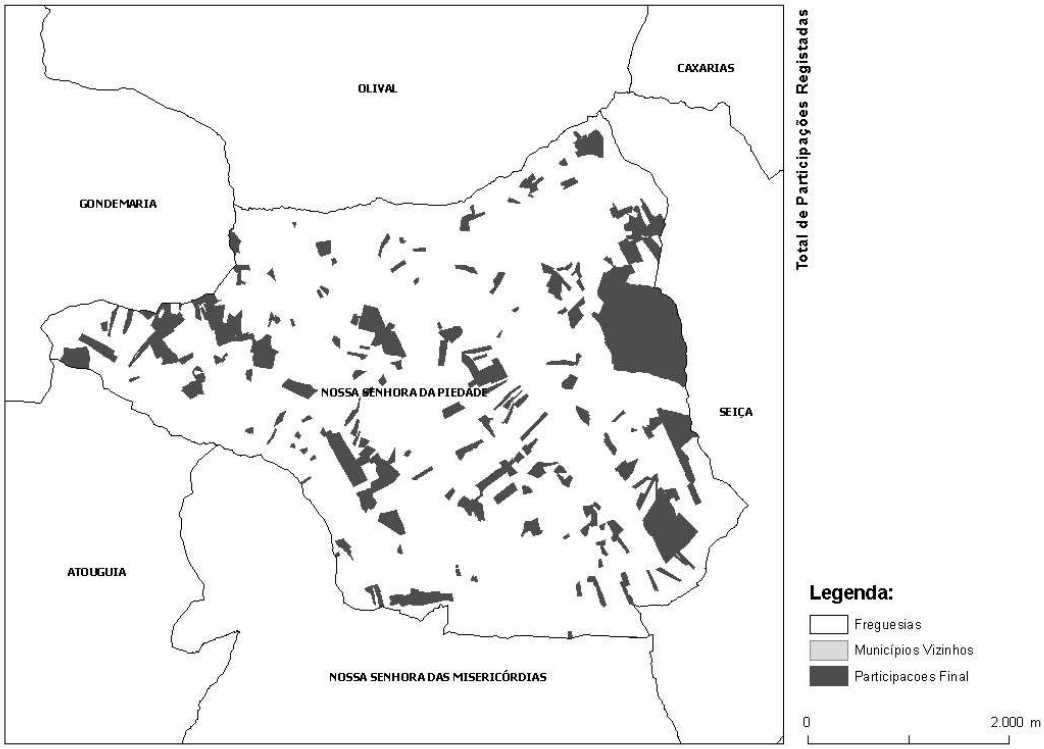
8.3.10 Gondemaria



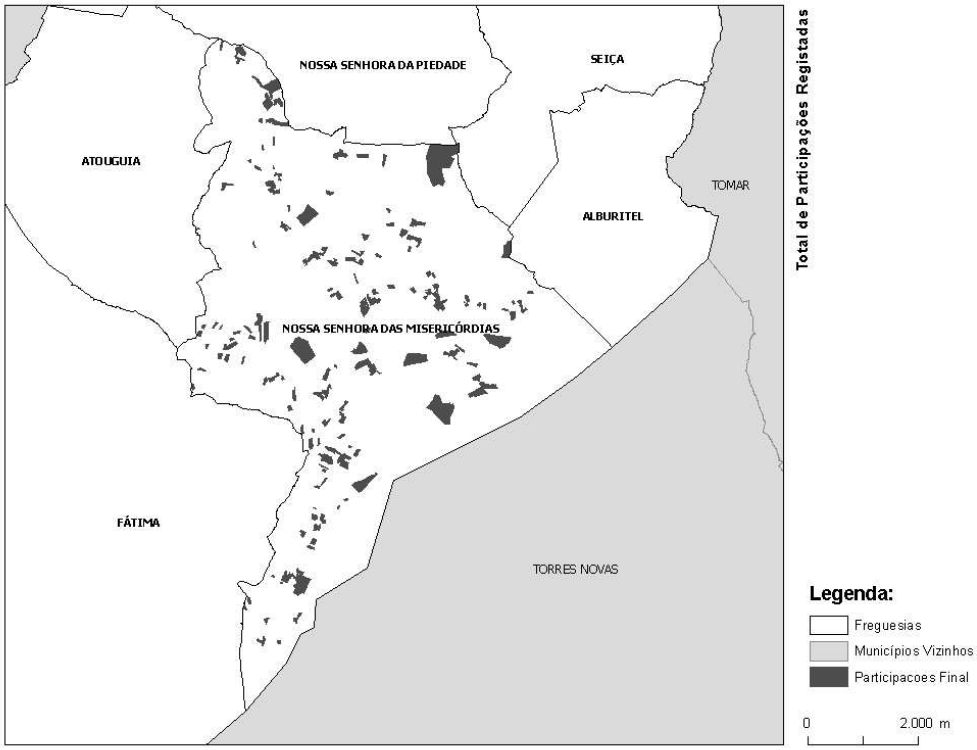
8.3.11 Matas



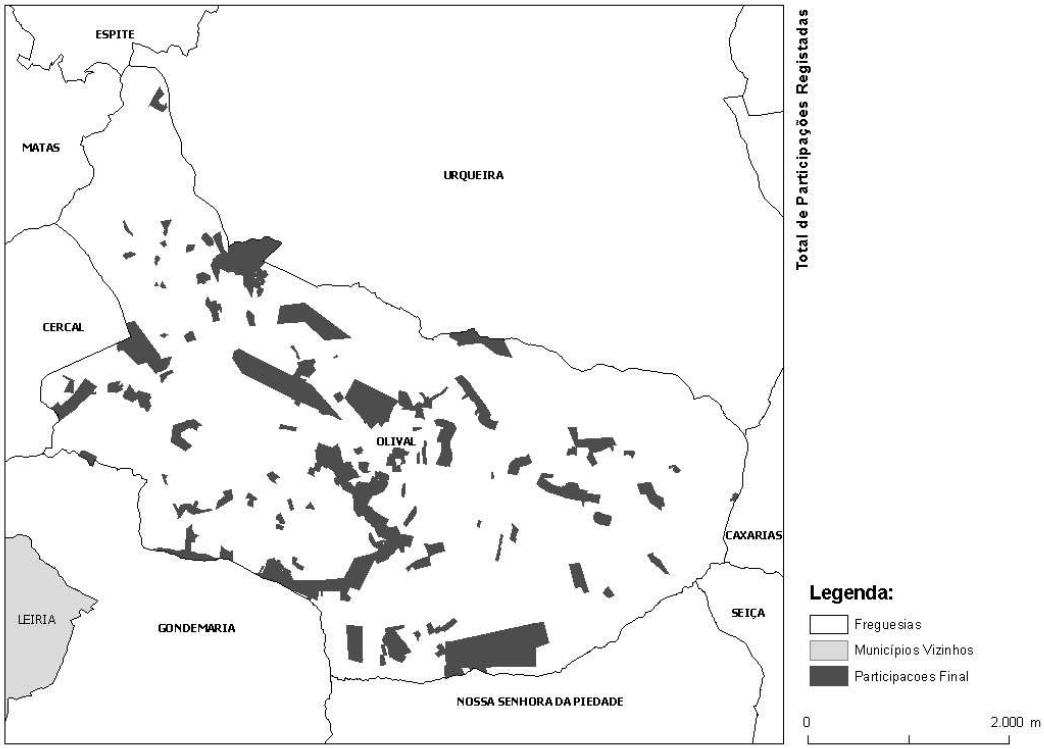
8.3.12 Nossa Senhora da Piedade



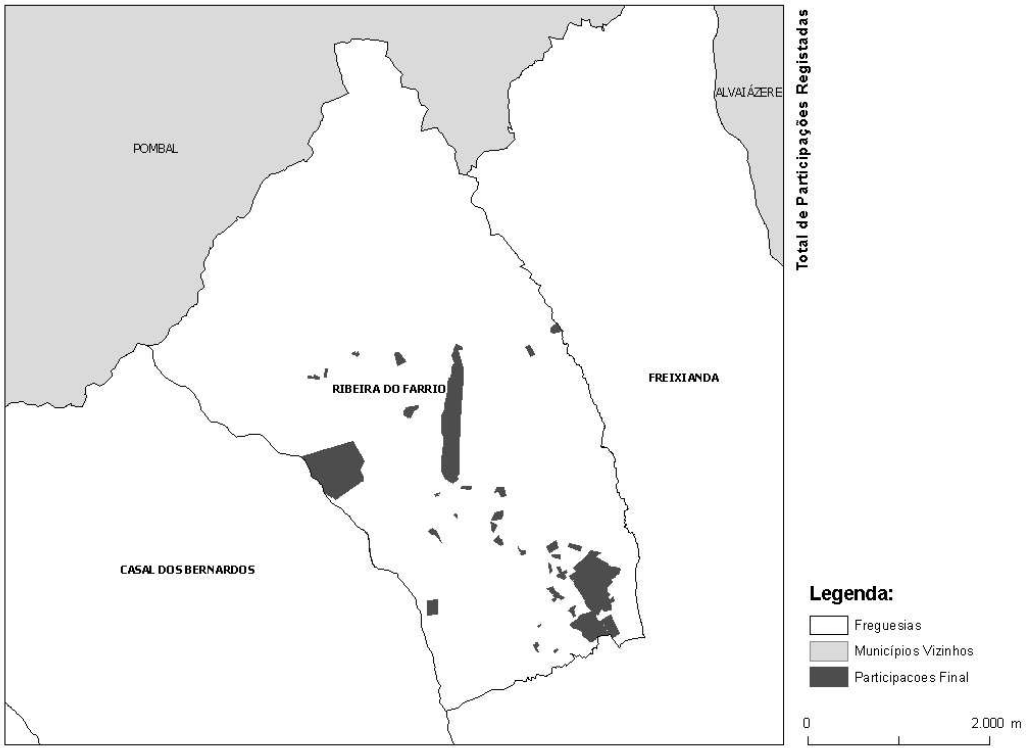
8.3.13 Nossa Senhora das Misericórdias



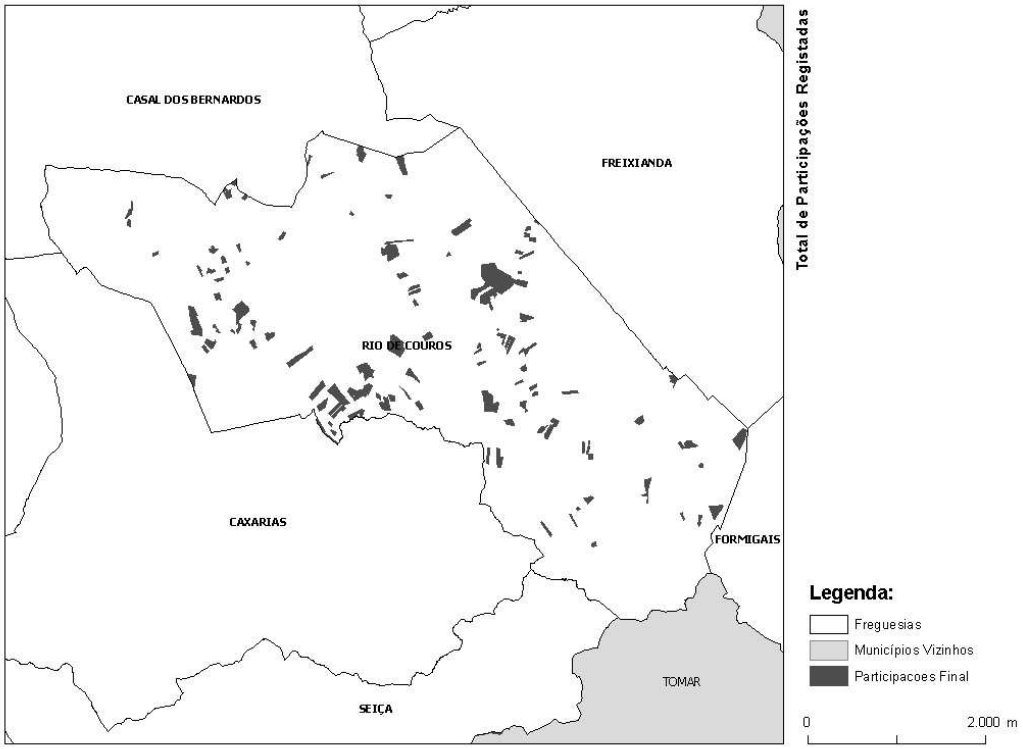
8.3.14 Olival



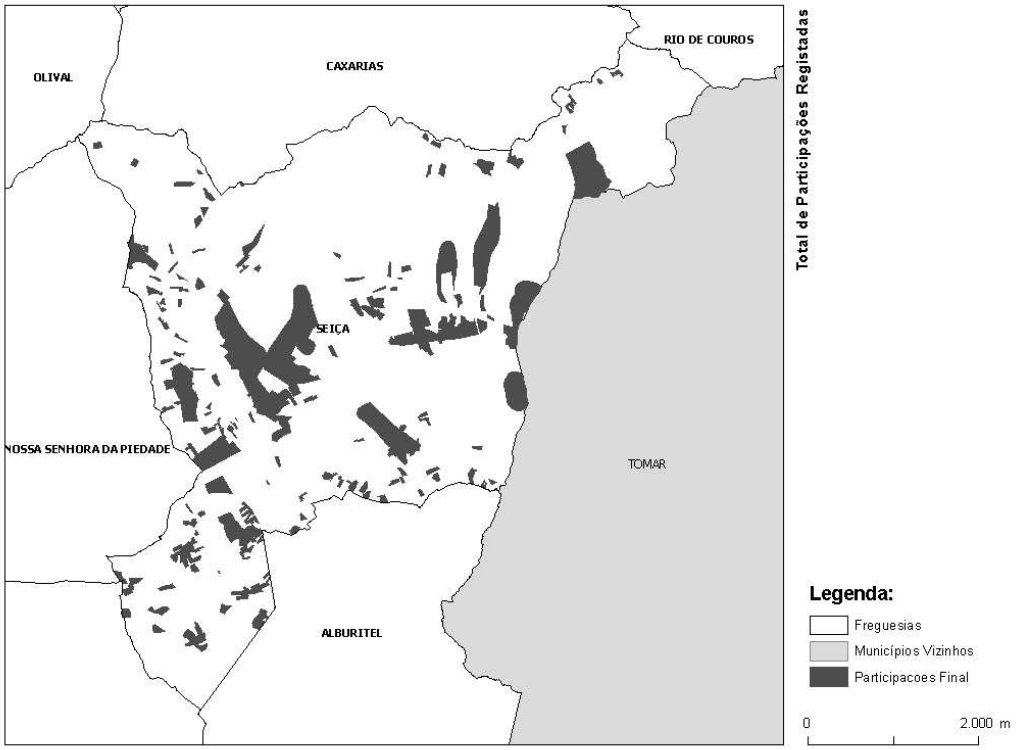
8.3.15 Ribeira do Fárrio



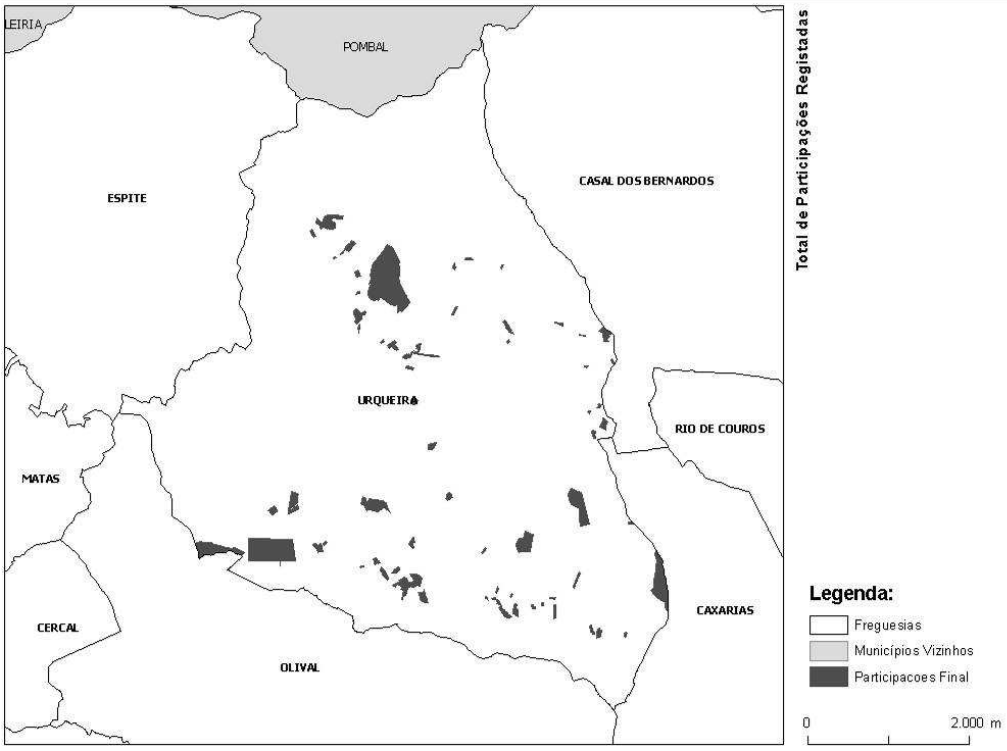
8.3.16 Rio de Couros



8.3.17 Seiça



8.3.18 Urqueira



9 CONCLUSÕES

A participação pública dos interessados na elaboração dos instrumentos de planeamento urbanístico encontra-se prevista na Constituição da Republica Portuguesa, densificada pela Lei de Bases da Politica de Ordenamento do Território e Urbanismo que enquadra o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

O princípio da subsidiariedade introduzido pela LBPOTU privilegia que a decisão seja tomada ao nível mais próximo do cidadão, o que encontra previsão legal na Carta Europeia de Autonomia Local[9], aprovada em 1985 pelo Conselho da Europa, a qual considera no seu Preâmbulo que "as autarquias locais são um dos princípios fundamentais de todo o regime democrático".

O artigo 65.º n.º 4 da Constituição da Republica Portuguesa incube as autarquias locais da actuação nos domínios do urbanismo definindo "regras de ocupação, uso e transformação dos solos urbanos, designadamente através de instrumentos de planeamento, no quadro das leis respeitantes ao ordenamento do território e ao urbanismo", disposto mais uma vez densificado na LBPOTU (artigo 4.º) e no RJIGT.

É nesse substrato legal que a Câmara Municipal de Ourém encontra-se em período de revisão do seu PDM, de modo a melhor regular a ocupação uso e transformação do seu território.

Durante os dois períodos de audiência prévia de interessados foram recebidas 2 733 participações, às quais se juntaram 80 de um procedimento de alteração parcial do actual PDM, perfazendo 2 813 registos a ponderar em processo de elaboração do plano.

Esses contributos respeitavam maioritariamente à reclassificação de solo rural em solo urbano, como apresentado ao longo deste relatório.

E suma pensa-se que quer este relatório, quer a informação georreferenciada que lhes deu origem, servirão de assaz contributo para esses trabalhos de elaboração de plano, tendo em conta um exercício público que em respeito da lei deverá a todo o tempo ponderar os interesses dos administrados[10].

[9] Transcrita para o ordenamento jurídico português pela Resolução da Assembleia da República n.º 28/90, de 23 de Outubro

[10] Artigo 4.º do RJIGT refere que os "instrumentos de gestão territorial devem explicitar, de forma racional e clara os fundamentos das respectivas previsões, indicações e determinações"

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Gonçalves, Jorge et al

1995 Usos e Abusos do Urbanismo contemporâneo, In Sociedade e Território n.º 21, Afrontamento, Lisboa, p. 49 – 56.

Almeida, Paulo, et al

2003 Elaboração do Plano Director Municipal de Ourém. In Actas do 1.º Seminário de Engenharia do Território. Lisboa, Instituto Superior Técnico, p. 71 - 75.

Partidário, Maria do Rosário e Jesus, Júlio

2003 Fundamentos da Avaliação de Impacte Ambiental, Manual n.º273, Universidade Aberta, Lisboa.

CMO

2009 Revisão do Plano Director Municipal de Ourém, Análise Às Participações Efectuadas Na Fase de Audição Prévia Até Ao Dia 28 de Dezembro de 2009, Projecto Municipal de Ordenamento do Território de Ourém, Câmara Municipal de Ourém.

CMO

2009 b Alteração "Parcial" ao Plano Director Municipal de Ourém, Relatório de Análise Às Participações Efectuadas Durante A Fase de Audição Prévia, Projecto Municipal de Ordenamento do Território de Ourém, Câmara Municipal de Ourém.

Silva, Jorge et al

2009 Participação Pública e Monitorização de Planos e Projectos, In "Métodos e Técnicas para o Desenvolvimento Sustentável – A Experiência dos Projectos Polis", Parque Expo, Lisboa, p. 139 - 171.

Mendes, Jorge Barros

2010 Fundamentos e Princípios do Direito do Urbanismo, Quid Juris, Lisboa, p. 9 - 53.

CMO

2010 Revisão do Plano Director Municipal de Ourém, Apresentação Dos Resultados do Processo de Participação Preventiva, Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território, Câmara Municipal de Ourém.

Legislação

Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de Agosto, Constituição da República Portuguesa na sua sétima revisão constitucional.

Decreto-Lei n.º 380/1999, de 30 de Setembro, que estabelece o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão, na sua redacção actual.

Lei n.º 48/98 de, de 11 de Agosto, que estabelece as Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo (alterada pela Lei n.º 54/2007, de 31 de Agosto).